GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Subsecretaria de Projetos para Reconstrução
Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

RELATÓRIO DE VISTORIA

I. DADOS DO CONTRATO E IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Identificação: DFCR-RSM-RV-083-2026;

Data(s) da Vistoria: 03 e 04/08/2026;

Data do Relatório de Vistoria: 07/08/2026;

Identificação do Contrato: CONTRATO SELT Nº 20/2021 – EDITAL CRI nº 0001/2020;

Objeto do Contrato: concessão da infraestrutura de transporte do trecho da RSC-287, trecho Tabaí – Santa Maria (km 28,03 ao km 232,54);

Concessionária: Rota de Santa Maria (RSM);

Assunto: vistoria técnica em campo;

Referência: SEI nº 26/0400-9000286-6.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a) Compete à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), criada pela Lei Estadual n° 16.136/2024, conforme consta no Anexo II da Lei Estadual nº 15.934/2023, dentre outras atribuições, *"i) exercer a fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias e aprovar os respectivos projetos de engenharia, sem prejuízo da fiscalização das obras pela Secretaria de Logística e Transportes"*;

b) Para isso, conforme art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 14.875/2016 e suas atualizações, a Secretaria *"poderá firmar convênios, termos de cooperação e contratar serviços de terceiros"*;

c) Nesse sentido, de acordo com o disposto no art. 12 do Decreto Estadual n° 58.282/2025, que dispõe sobre a estrutura básica da SERG e aprova o seu regimento interno, compete ao Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias (DFCR):

> **I - planejar, coordenar, executar e supervisionar a fiscalização dos contratos das concessões rodoviárias, exceto as obras, e aprovar os projetos de engenharia apresentados pelas concessionárias;**
>
> II - promover a elaboração de manuais e normas técnicas para aprimoramento da gestão e atualização das disposições técnicas dos contratos, nos assuntos de sua competência;
>
> III - acompanhar o atendimento dos prazos contratuais, bem como dos prazos das autorizações e licenças necessárias à execução das obras e serviços operacionais das concessões rodoviárias;
>
> **IV - compilar informações gerenciais da fiscalização dos contratos;**
>
> **V - fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e à manutenção da atualidade dos serviços das concessões rodoviárias;**
>
> **VI - promover a gestão dos contratos necessários ao apoio da fiscalização;**
>
> VII - apoiar tecnicamente a Secretaria de Logística e Transportes na fiscalização das obras da

concessão, quando solicitado; e

VIII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário de Projetos para Reconstrução. (grifos e sublinhados próprios).

d) Ademais, conforme previsto no inciso VIII, §2º, do artigo acima referido, à Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção (DIFOM), pertencente ao DFCR, compete:

> **VIII - realizar vistorias técnicas para fiscalização das obrigações contratuais e emitir relatórios para conhecimento dos demais órgãos estaduais;** (grifo próprio).

e) Ainda, nos termos da subcláusula 13.1 do Contrato de Concessão SELT n° 20/2021, a concessionária estará sujeita à fiscalização do Poder Concedente com relação ao cumprimento do contrato, o qual poderá, dentre outros mecanismos e instrumentos, contratar serviços de terceiros. *In verbis:*

> 13.1 A CONCESSIONÁRIA sujeitar-se-á a fiscalização do PODER CONCEDENTE com relação ao cumprimento do contrato de concessão, e a fiscalização regulatória da AGERGS, **que poderão contar com a cooperação de usuários, firmar convênios, termos de cooperação técnica e contratar serviços de terceiros.** (grifo e sublinhado próprio).

f) Pelo exposto, tem-se que, no âmbito do Poder Concedente, as ações de fiscalização do Contrato de Concessão nº 20/2021 são conduzidas pelo Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias (DFCR), vinculado à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG);

g) Passa-se à análise e manifestação.

III. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

a) O presente documento apresenta, em anexo, o relatório identificado como AFA-RSM-VT1-058-2026, elaborado pela empresa AFAPLAN – Planejamento e Gestão de Projetos Ltda., CNPJ nº 13.533.601/0001-01, contendo os dados do levantamento em campo realizado na(s) data(s) de 3 e 4 de agosto de 2026;

b) O escopo dos serviços técnicos especializados de engenharia consultiva, realizados em apoio às atividades de fiscalização das concessões rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul, está definido no Contrato SERG nº 20907/2025, firmado entre o Estado e a empresa supracitada;

c) A SERG/SPR/DFCR, ao recepcionar a documentação apresentada pela empresa de apoio técnico, **procedeu à análise e concluiu que há evidências de inconformidades contratuais**, no que tange ao subitem 3.1 – Obrigações de Recuperação e Manutenção, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER), anexo 2 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021;

d) A SERG/SPR/DFCR registra que, conforme descrito no item 3.3.1 do PER, **as correções dos defeitos/constatações realizadas no pavimento da rodovia deverão**, obrigatoriamente, atender às especificações do DAER/RS (remendo superficial), inclusive para as panelas, devendo o local de correção ser cortado no esquadro, de maneira que a camada de recomposição apresente superfície nivelada, admitindo-se, **no entanto, remendos cujas deformações/desníveis sejam inferiores a 5 mm em relação ao pavimento original (medido com régua de 3,6 m), conforme previsto no item 3.1.1 do Programa de Exploração da Rodovia (PER)**;

e) Para a **correção dos defeitos/constatações do tipo panela**, a concessionária **deverá atender dentro do prazo previsto no item 3.1.1 do PER, ou seja, 24 horas**;

f) Para evidenciar a correção das não-conformidades, a concessionária deverá encaminhar o registro fotográfico **constando, no mínimo: data, hora, local e coordenadas georreferenciadas;**

g) Será considerada **não atendida a constatação cuja a evidência encaminhada pela concessionária não comprovar que a correção do defeito esteja conforme especificação do DAER/RS**;

h) Diante do exposto, a SERG/SPR/DFCR recomenda a notificação da concessionária pela Secretaria de

Logística e Transportes (SELT), com base no anexo deste relatório.

Este é o relatório,

Porto Alegre, 7 de agosto de 2026.

GEÓLOGO MSc. ROBERTO NUNES VANACÔR
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.ª CIVIL MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PROENÇA
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.º CIVIL RICARDO VON MUHLEN
Diretor do Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

---

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Nunes Vanacor**, em 07/08/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina de Oliveira Proença**, em 07/08/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Von Muhlen**, em 07/08/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2944108** e o código CRC **32EF2E5D**.

Relatório Tipo VT1 - Vistoria Semanal

Identificação: AFA-RSM-VT1-058-2026	**Data da Vistoria:** 03/08/2026 04/08/2026
	Data do Relatório: 05/08/2026
Identificação do Contrato: CONTRATO SELT Nº 20/2021 – EDITAL CRI nº 0001/2020.	
Objeto do Contrato: concessão da infraestrutura de transporte de trechos integrantes das rodovias RSC-287 (km 28,03 ao km 232,54)	
Concessionária: Rota de Santa Maria- RSM	
Assunto: Vistoria Semanal	

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se às atividades de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva executadas em apoio às ações de fiscalização de concessões rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul conduzidas pelo Departamento de Fiscalização das Concessões Rodoviárias (DFCR), vinculado à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), conforme previsto no Contrato nº 20.907/2025, firmado entre o Estado e a empresa AFAPLAN – Planejamento e Gestão de Projetos Ltda.

O objeto da emissão do presente relatório foi a vistoria realizada na Concessionária Rota de Santa Maria – RSM, sendo as rodovias que compõem a concessão:

- Rodovia RSC – 287 (km 28,03 ao km 232,54)

A presente vistoria foi realizada em 03/08/2026 e 04/08/2026 cuja atividade é descrita como “vistoria técnica semanal” do referido contrato de apoio celebrado.

As vistorias semanais compreendem a análise das condições estruturais, operacionais e contratuais das rodovias, incluindo no escopo das análises:

- Inspeções visuais de pavimento, sinalização, dispositivos de drenagem e obras de arte especiais;
- Verificação da conformidade com as obrigações contratuais e ambientais;
- Registro fotográfico e georreferenciado dos defeitos encontrados em campo.

As informações contidas neste relatório de vistoria técnica são essenciais para subsidiar/apoiar o processo de fiscalização contínua realizada pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), promover a gestão eficiente dos contratos e garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a) Os serviços vistoriados e indicados neste relatório são objeto das Obrigações do Programa de Exploração da Rodovia (PER), Anexo II do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021, relativo ao Edital CRI n° 001/2020, Item 3.1 - Obrigações de Recuperação e Manutenção;

b) O Item 8.2.1. do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 registra que "Na hipótese de a Concessionária não atender aos Parâmetros de Desempenho constantes do Item 3.1 do PER - Obrigações de Recuperação e Manutenção, a AGERGS aplicará as penalidades previstas neste Contrato, e nos seus anexos";

c) O Item 13.4 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 assinala que "O Poder Concedente e a AGERGS, ou terceiro por estes autorizados, terão acesso irrestrito ao Sistema Rodoviário e aos Bens da Concessão, a qualquer tempo, para realizar pesquisa de campo, estudos de interesse público, entre outros";

d) O Item 13.6 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 registra que "Na fiscalização realizada pelo Poder Concedente e/ou pela AGERGS, será anotado em termo próprio para o registro de ocorrências, as ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente à Concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados".

DESCRITIVO E DOCUMENTAÇÃO DA VISTORIA

A vistoria técnica foi realizada no dia 03/08/2026 e 04/08/2026, abrangendo o trecho concedido a Rota de Santa Maria Rodovia RSC– 287 (km 28,03 ao km 232,54) totalizando 204,51 km.

A atividade integra as ações de fiscalização previstas no Contrato de Concessão SELT nº 20/2021, cujo objeto é a exploração e manutenção da infraestrutura de transporte rodoviário, sob responsabilidade da concessionária Rota de Santa Maria (RSM).

A vistoria foi realizada mediante deslocamento in loco pelas rodovias concessionadas com veículo automotor e realizando paradas, tantas quantas forem necessárias, para avaliar e registrar os defeitos encontrados para as diversas disciplinas contempladas à luz do Contrato de Concessão e PER. Tais registros estão apresentados no anexo do presente relatório de vistoria.

Apresentamos abaixo as informações gerais coletadas durante a vistoria:

A) Identificação da Concessionária: **Rota de Santa Maria – RSM.**

B) A Vistoria foi realizada por: **Engº Civil Lucas Silva**
Tec. Milton Arlei de Souza

C) Data, Horário de Início e Fim da Vistoria: **03/08/2026 entre 08:30 h e 18:00 h.**
04/08/2026 entre 07:30 h e 12:00 h.

D) Condições Climáticas durante a Vistoria: **03/08/2026 Seco, Ameno e Nublado.**
04/08/2026 Seco, Ameno e Nublado.

E) Informações Operacionais das Rodovias:

RSC 287

km 047+190 Equipe de Pare e Siga
km 047+330 Equipe de Manutenção de Drenagem
km 056+500 Equipe de Pare e Siga
km 060+070 Equipe de Pare e Siga
km 062+280 Equipe de Poda e Roçada

km 086+210 01 Viatura de inspeção
km 132+050 01 Viatura de inspeção
km 148+440 Equipe de Poda e Roçada
km 150+620 Equipe de Poda e Roçada
km 183+830 Equipe de Manutenção de Sinalização
km 190+710 Equipe de Pare e Siga
km 190+770 Equipe de Pavimentação e Fresa
km 220+560 01 Viatura de inspeção

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. A presente análise se limitou a verificar os aspectos técnico-normativos, previstos no contrato de concessão e no PER;

b. No subitem 3.1.1 (Pavimento) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária, com exceção de panelas, que é de 24 horas;

c. No subitem 3.1.2 (Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

d. No subitem 3.1.3 (Obras-de-arte Especiais) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

e. No subitem 3.1.4 (Sistema de Drenagem e Obras-de-arte Correntes) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

f. No subitem 3.1.5 (Terrapleno e Estruturas de Contenção) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária, com exceção de taludes que estiverem comprometendo a plataforma da Rodovia, que é de 24 horas;

g. No subitem 3.1.6 (Canteiro Central e Faixa de Domínio) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

h. No subitem 3.1.7 (Implantação e Recuperação das Edificações e Instalações Operacionais) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

i. No subitem 3.1.8 (Sistemas Elétricos e de Iluminação) do PER é registrado que, em caso de verificação de não conformidade, o prazo para atendimento destas é de 72 horas após a notificação da concessionária;

j. O prazo de atendimento, em caso de não conformidade, terá início a partir da data e hora registrada no aviso de recebimento, por via postal ou meio eletrônico;

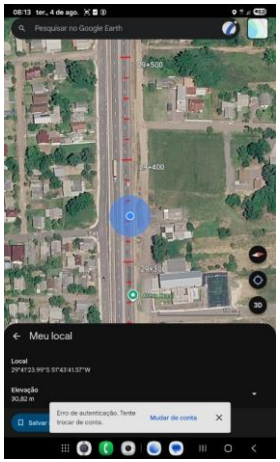
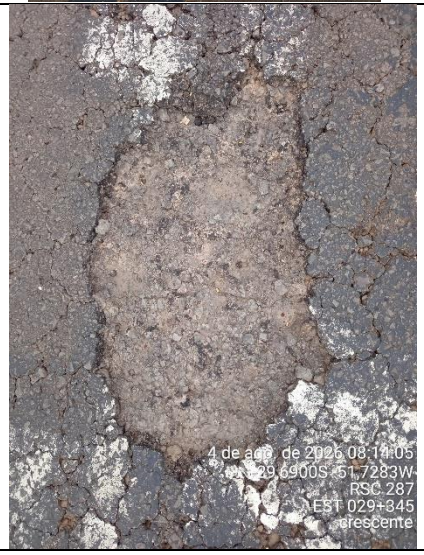
k. Os registros fotográficos das constatações verificadas em campo seguem em anexo a este relatório. Por fim, como elemento acessório, disponibiliza-se um arquivo em formato kmz, onde constam diversas imagens, visando auxiliar a concessionária.

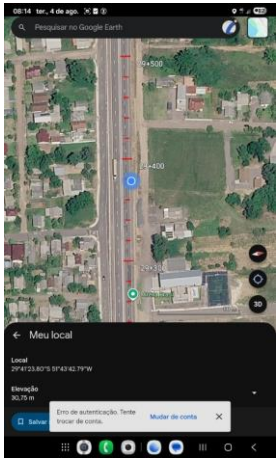
Dessa forma apresentamos o presente relatório para fins de identificação dos elementos identificados.

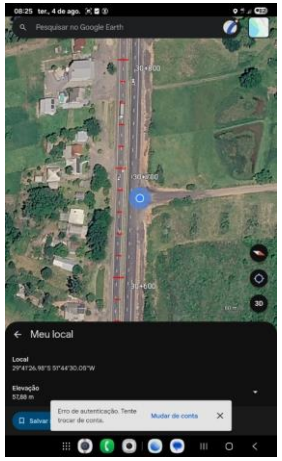
gov.br
Documento assinado digitalmente
HELIO RICARDO REMIAO GONCALVES
Data: 05/08/2026 18:49:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

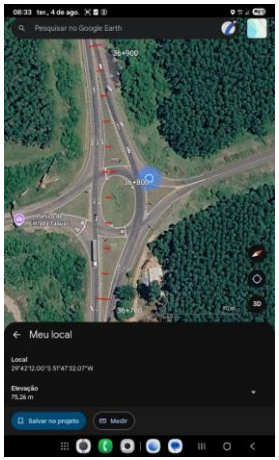
Engº Civil Helio Ricardo Remião Gonçalves
Coordenador
CREA 112.378-D RS RN 2201186022
AFAPLAN – Planejamento e Gestão de Projetos Ltda.

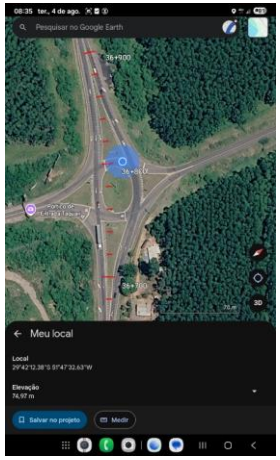
ANEXO I - REGISTRO FOTOGRÁFICO COLETADO EM CAMPO

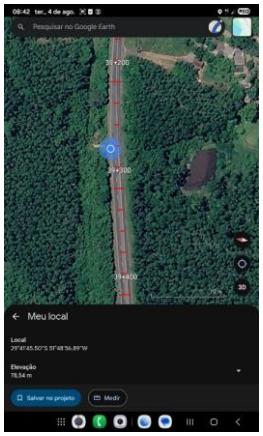
ID	Localização	Registro Fotográfico	Constatações (PER)	Km (aproximado)	Sentido da rodovia	Prazo de correção (PER)
1.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	029+345 (trecho de obra em fase de recebimento provisório)	Crescente	24 horas

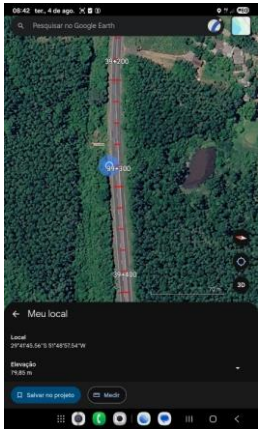
2.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	029+380 (trecho de obra em fase de recebimento provisório)	Crescente	24 horas

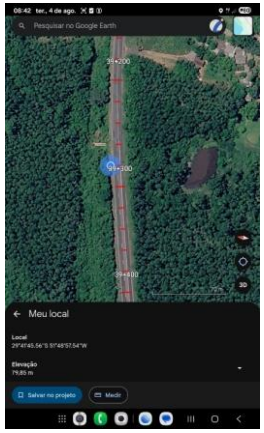
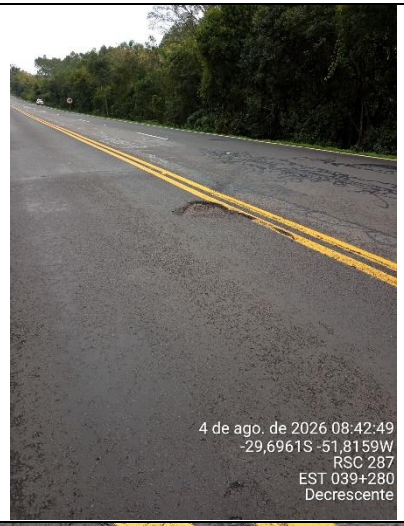
3.		 	Sinalização Vertical Danificada Item 3.1.2 do PER	030+670 (trecho de obra em fase de recebimento provisório) (Acesso)	Crescente	72 horas

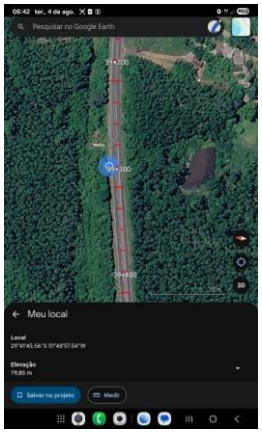
4.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	036+800 (defeito em local já reparado) (Interseção)	Crescente	24 horas

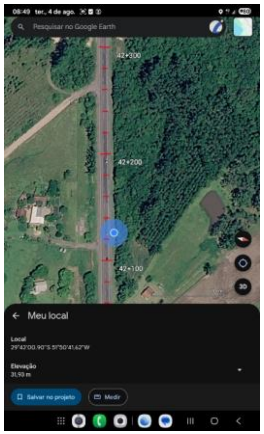
5.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	036+810 (defeito em local já reparado) (Interseção)	Crescente	24 horas

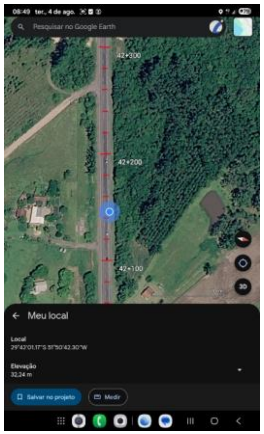
6.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	039+265	Decrescente	24 horas

7.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	039+275	Decrescente	24 horas

8.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	039+280	Decrescente	24 horas

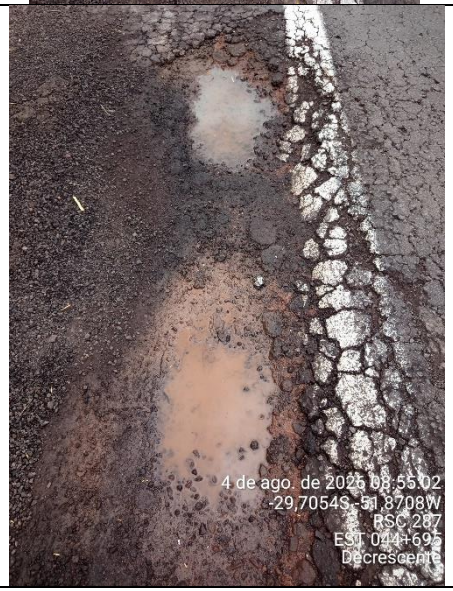
9.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	039+285	Decrescente	24 horas

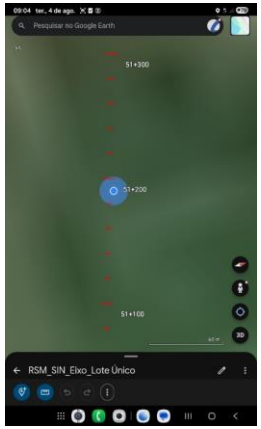
10.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	042+125 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

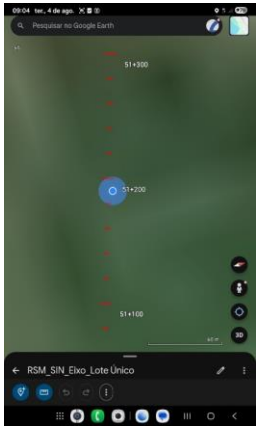
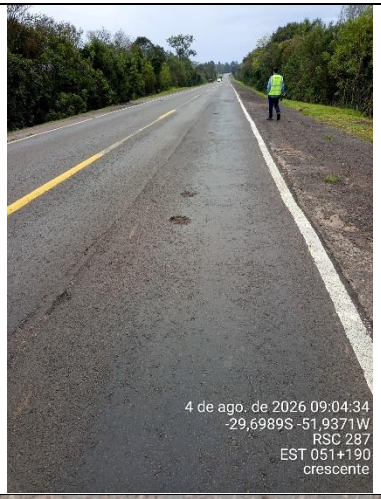
11.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	042+145 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

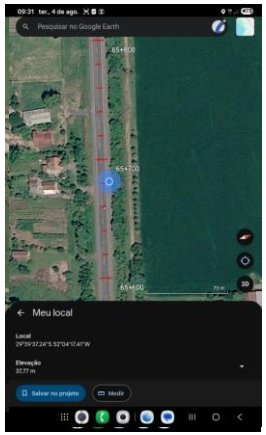
12.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	044+675 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

13.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	044+690 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

14.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	044+695 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

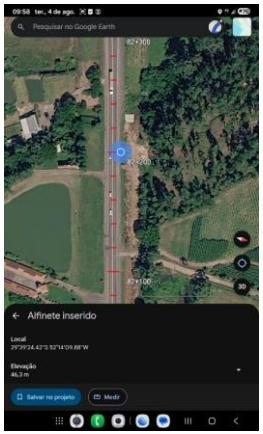
15.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	051+190 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

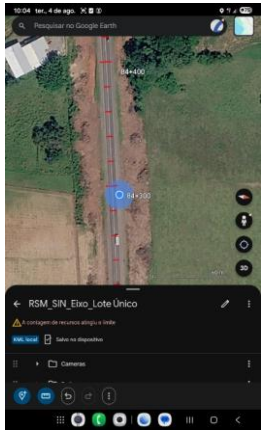
16.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	051+200 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

17.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	065+680 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

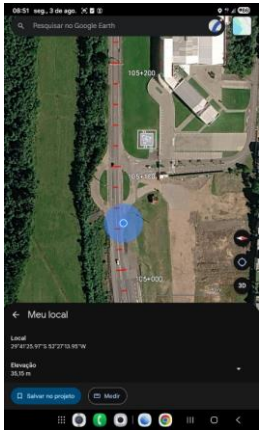
18.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	067+070 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

19.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	082+200 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

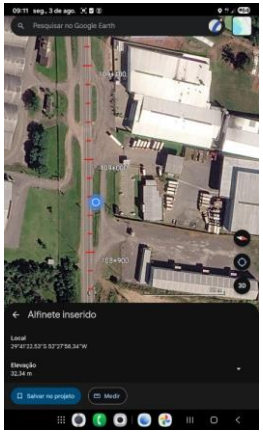
20.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	082+210	Crescente	72 horas

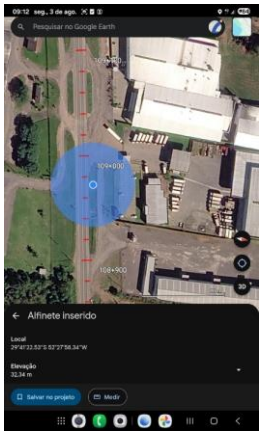
21.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	084+290	Crescente	24 horas

22.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	105+020	Crescente	24 horas

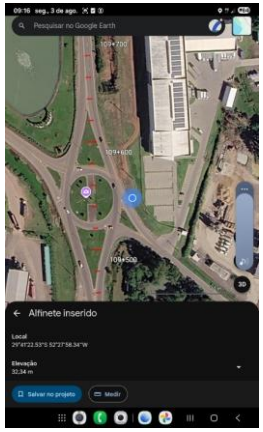
23.		 	Trincas Interligadas de Classe 3 Item 3.1.1 do PER	105+045	Crescente	72 horas

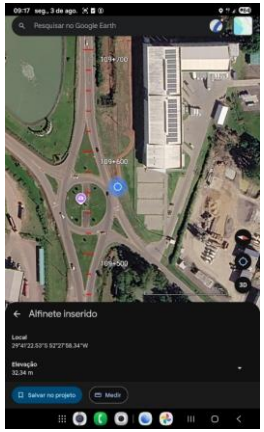
24.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	105+060 (Interseção)	Decrescente	24 horas

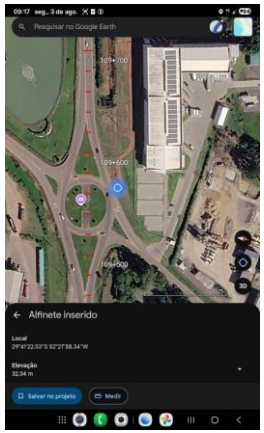
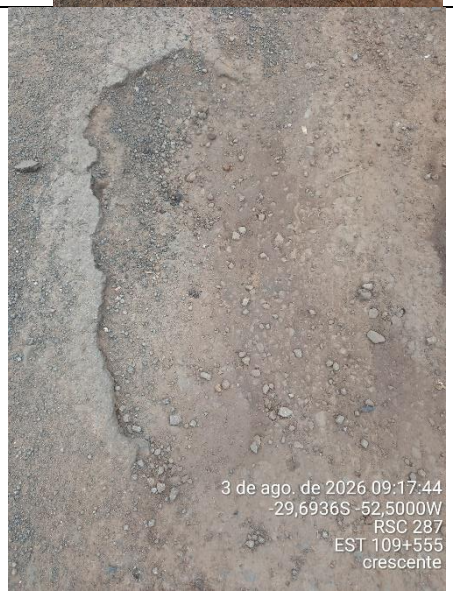
25.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	108+955 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

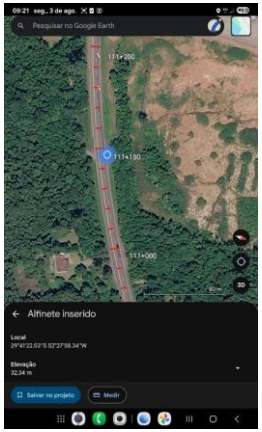
26.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	108+975 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

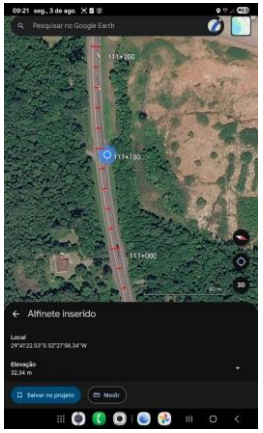
27.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	108+985 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

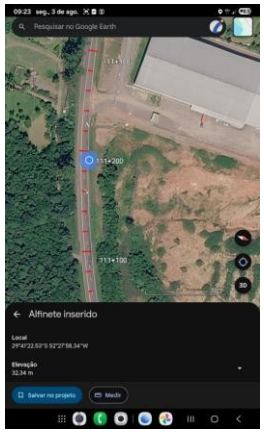
28.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	109+545 (Interseção)	Crescente	24 horas

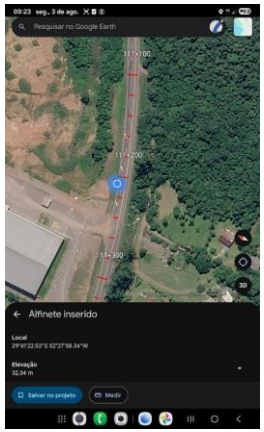
29.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	109+550 (defeito em local já reparado) (Interseção)	Crescente	24 horas

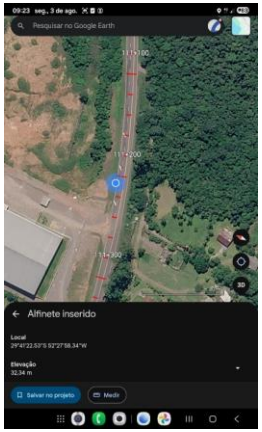
30.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	109+555 (Interseção) (Acostamento)	Crescente	24 horas

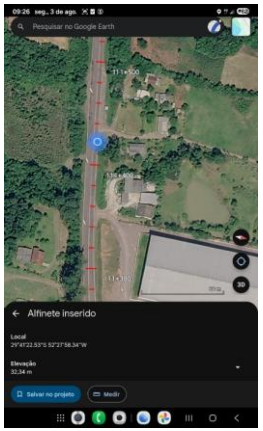
31.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+090 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

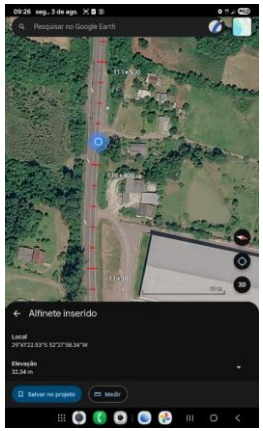
32.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+100 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

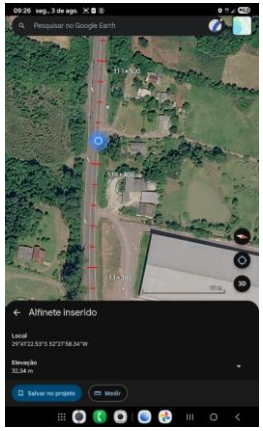
33.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+190 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

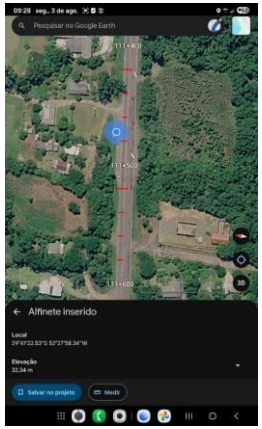
34.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+200 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

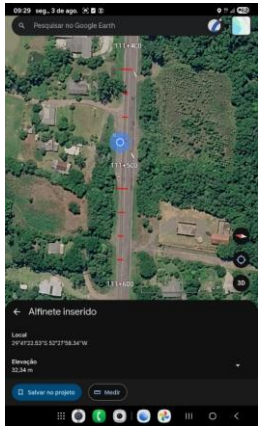
35.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+205	Decrescente	24 horas

36.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+410	Decrescente	24 horas

37.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+415	Decrescente	24 horas

38.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+425 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

39.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+455 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

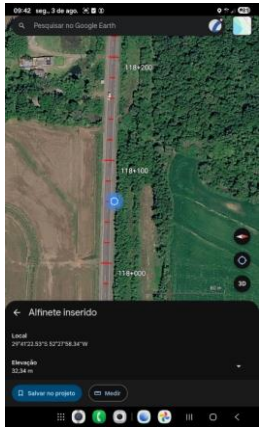
40.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	111+465 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

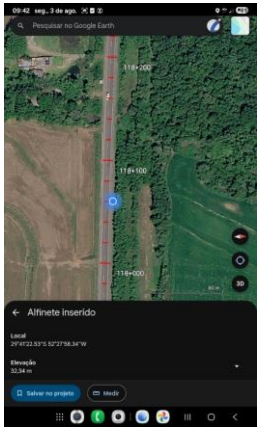
41.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	115+750	Crescente	24 horas

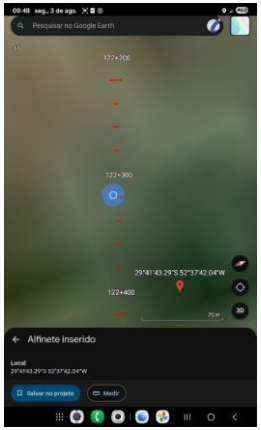
42.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	115+760	Crescente	24 horas

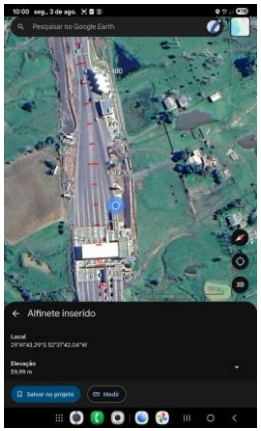
43.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	115+770 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

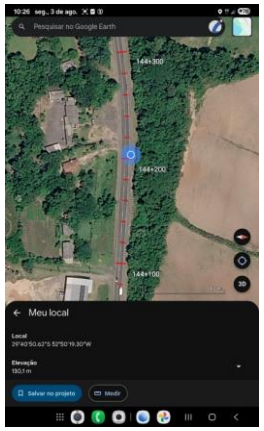
44.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	115+795	Crescente	24 horas

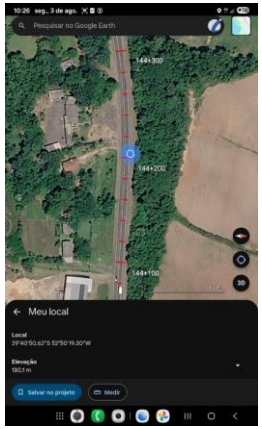
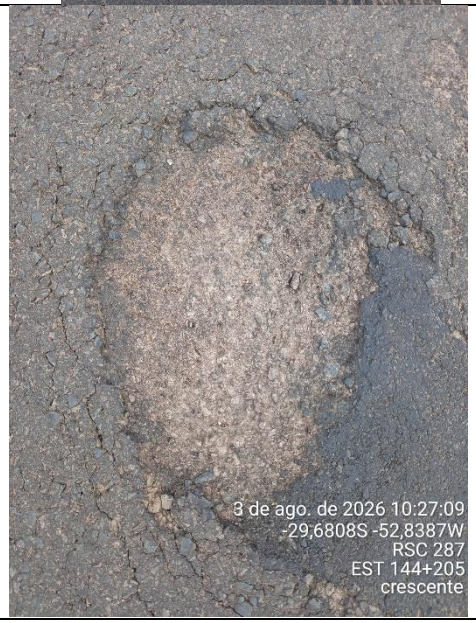
45.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	118+060	Crescente	24 horas

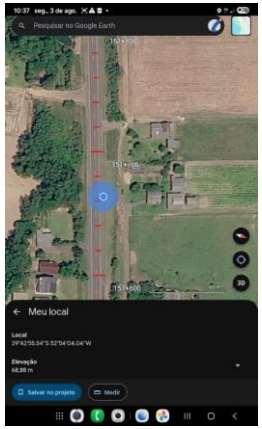
46.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	118+070	Crescente	24 horas

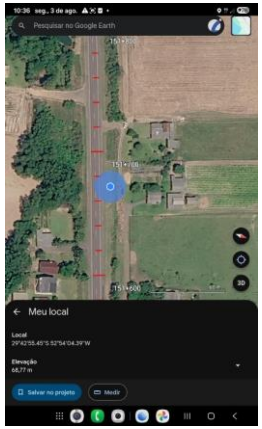
47.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	122+300 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

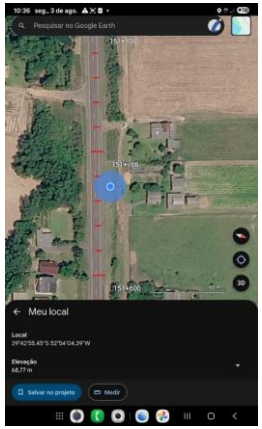
48.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	131+260 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

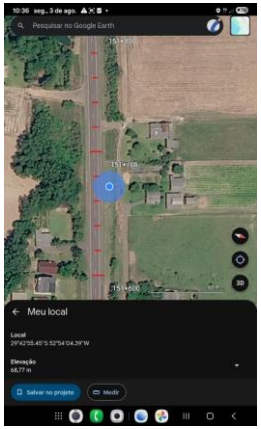
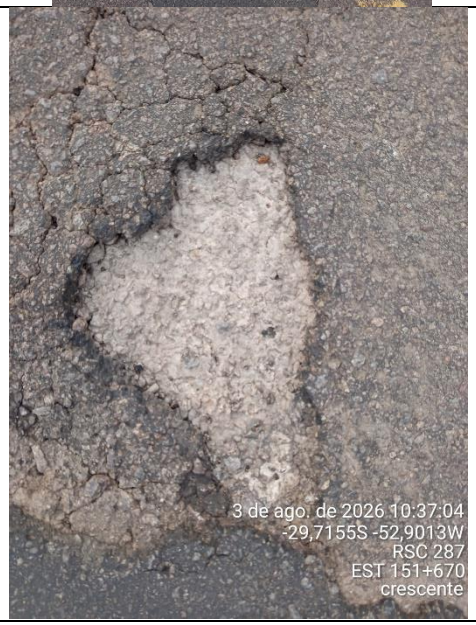
49.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	144+205 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

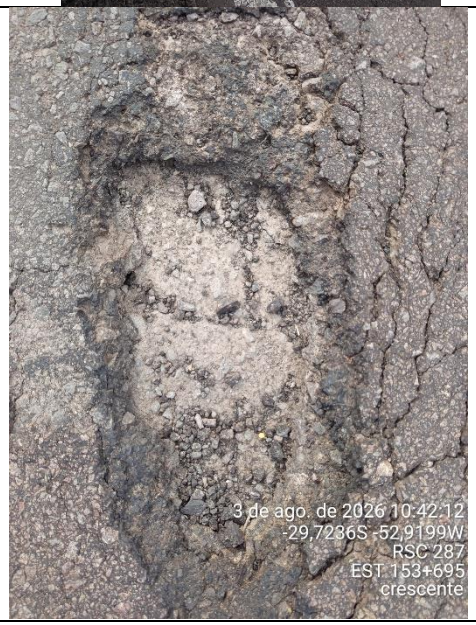
50.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	144+215 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

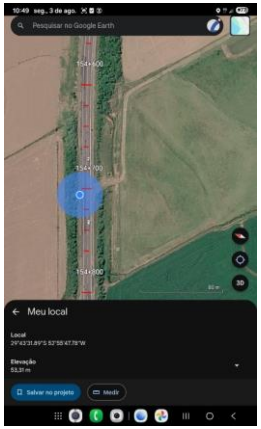
51.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+660 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

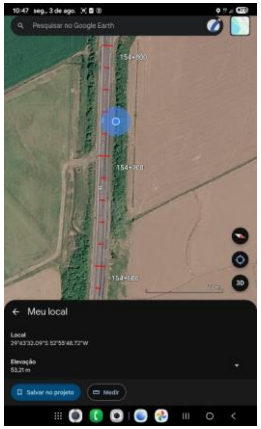
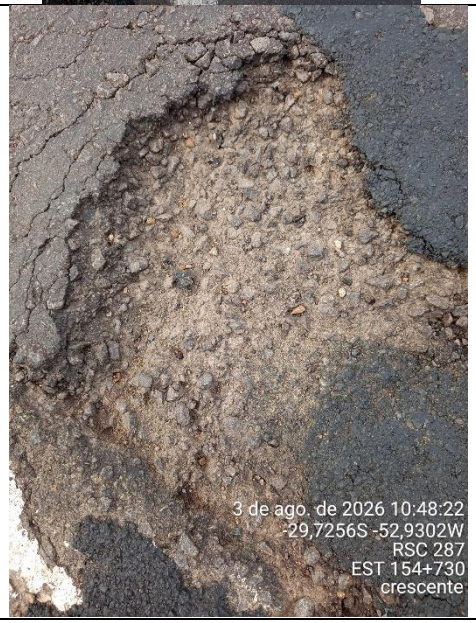
52.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+665 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

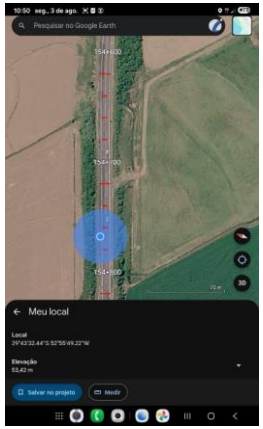
53.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+670 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

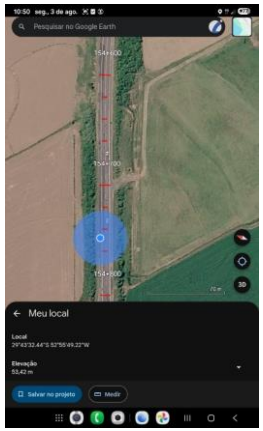
54.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	151+680 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

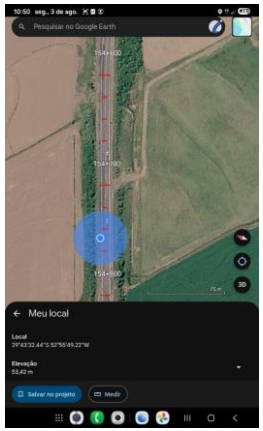
55.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	153+695	Crescente	24 horas

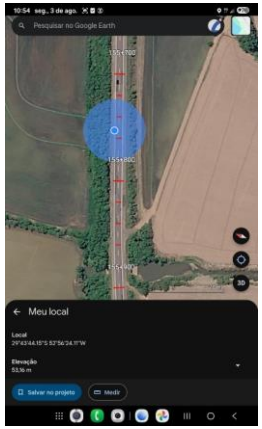
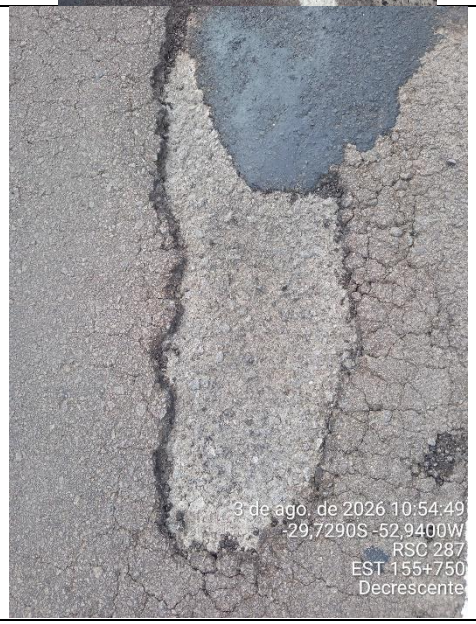
56.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	154+705 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

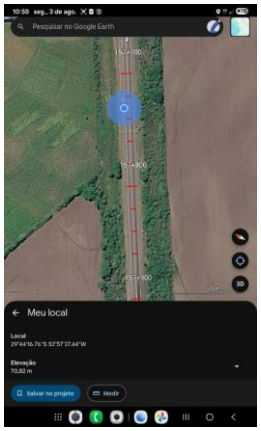
57.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	154+730 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

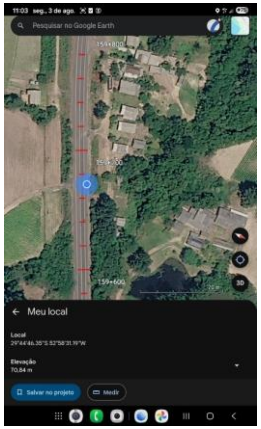
58.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	154+740 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

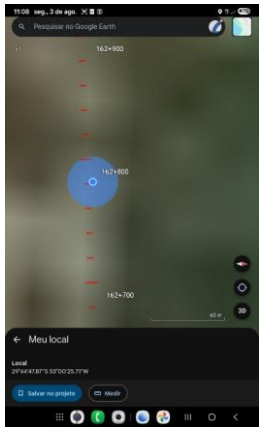
59.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	154+750 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

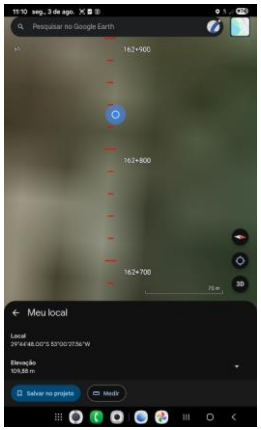
60.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	154+760	Decrescente	24 horas

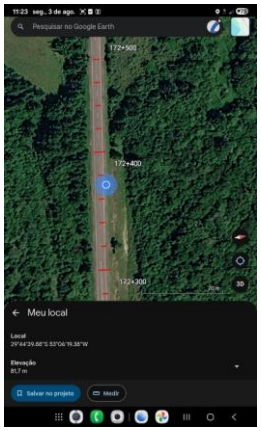
61.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	155+750 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

62.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	157+730 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

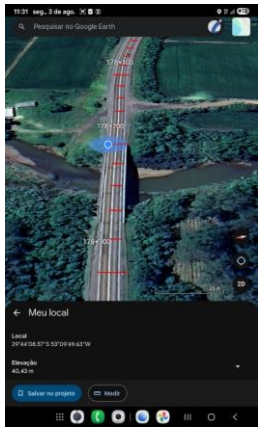
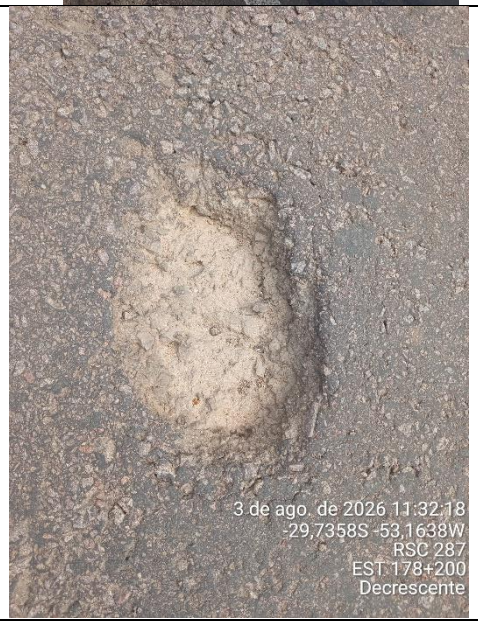
63.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	159+670 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

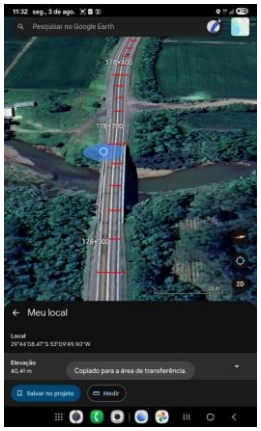
64.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	162+780	Crescente	24 horas

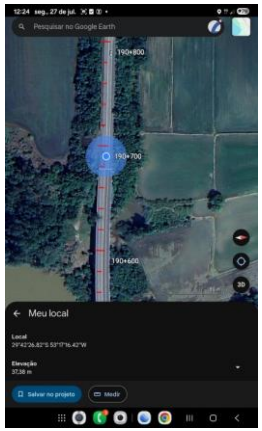
65.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	162+830	Crescente	24 horas

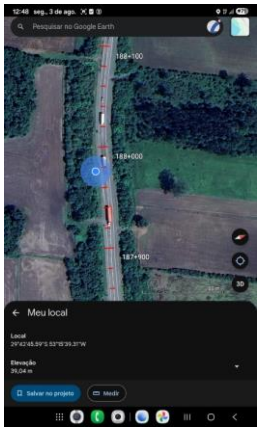
66.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	172+370 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

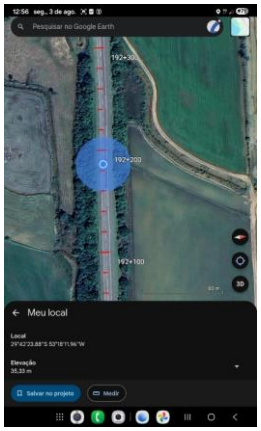
67.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	172+385	Crescente	24 horas

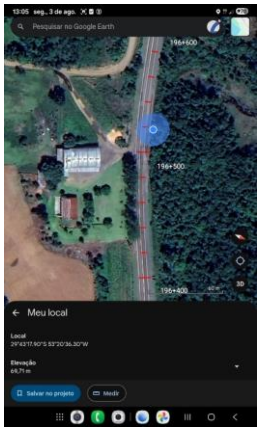
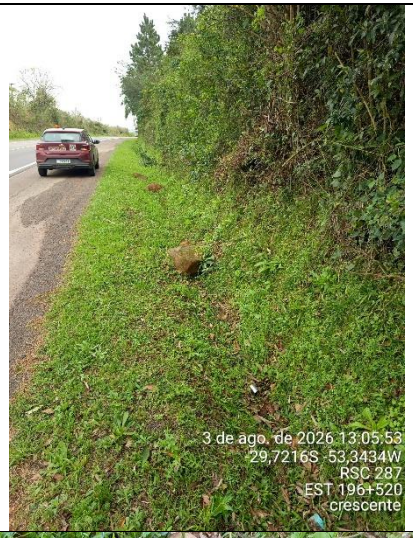
68.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	178+200 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

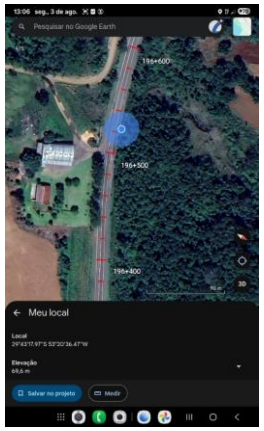
69.		 	Terrapleno instável Item 3.1.5 do PER	178+200	Decrescente	72 horas

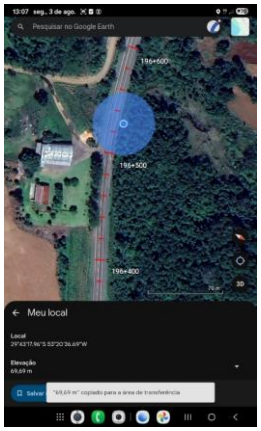
70.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	178+210	Decrescente	24 horas

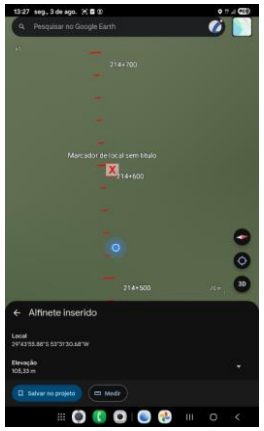
71.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	187+975 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

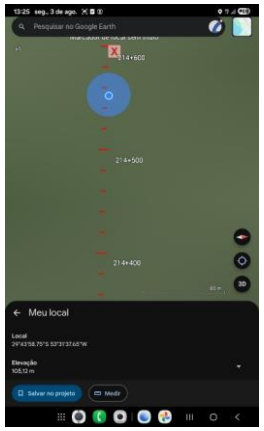
72.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	192+185	Crescente	24 horas

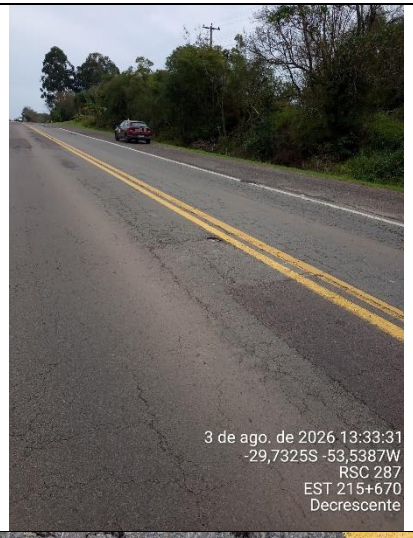
73.		 	Dispositivo de Drenagem Obstruído Item 3.1.4 do PER	196+520	Crescente	72 horas

74.		 	Dispositivo de Drenagem Obstruído Item 3.1.4 do PER	196+525	Crescente	72 horas

75.		 	Dispositivo de Drenagem Obstruído Item 3.1.4 do PER	196+530	Crescente	72 horas

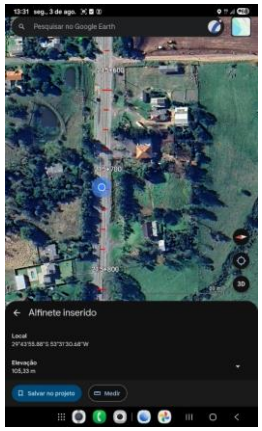
76.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	214+530	Crescente	24 horas

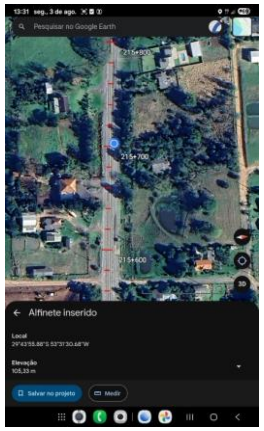
77.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	214+550	Crescente	24 horas

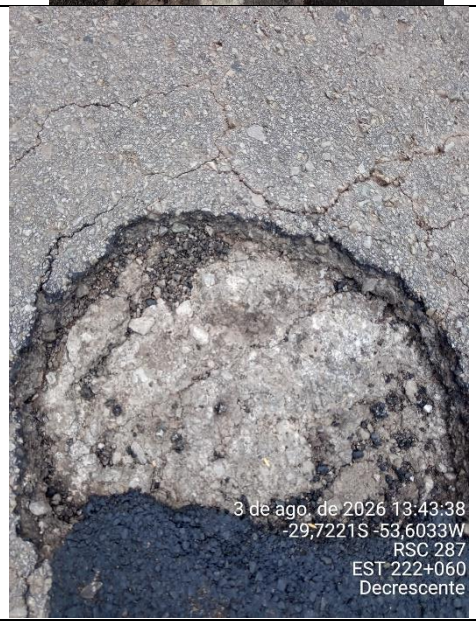
78.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	215+670	Decrescente	24 horas

79.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	215+680 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

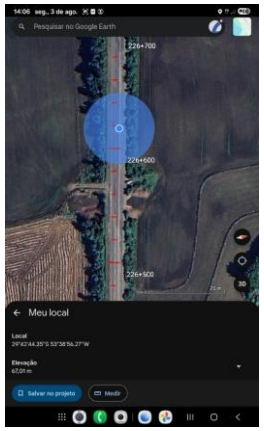
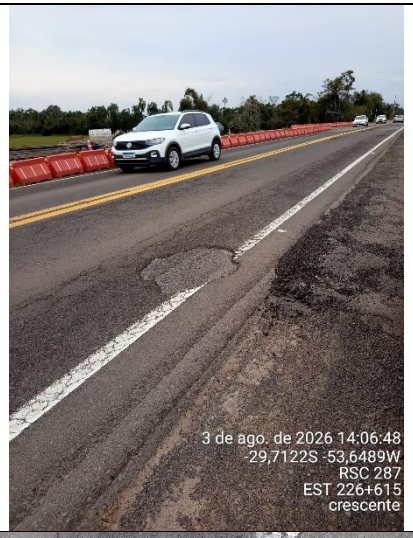
80.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	215+695 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

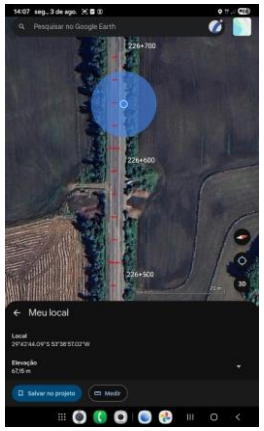
81.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	215+695 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

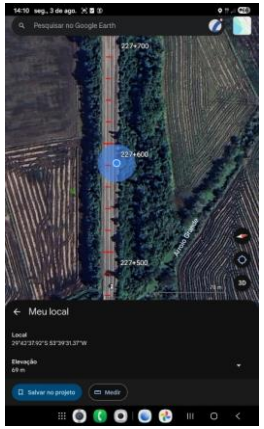
82.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	215+700 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

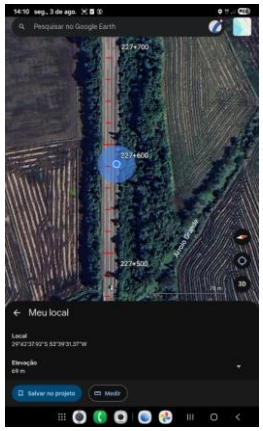
83.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	222+060 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

84.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	222+115	Decrescente	24 horas

85.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	226+615	Crescente	24 horas

86.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	226+635	Crescente	24 horas

87.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	227+585 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

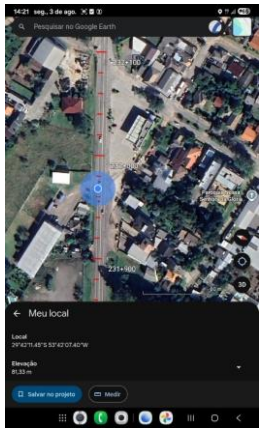
88.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	227+595 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

89.		 	Panelas Item 3.1.1 do PER	229+975 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

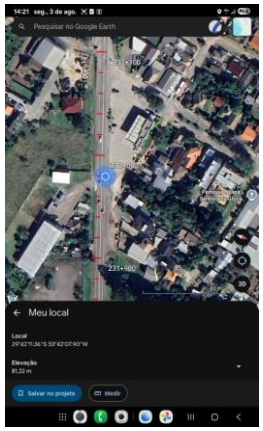
90.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	230+000	Crescente	24 horas

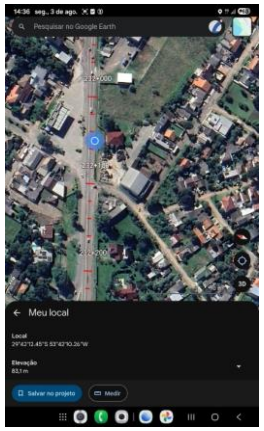
91.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	230+010 (defeito em local já reparado)	Crescente	24 horas

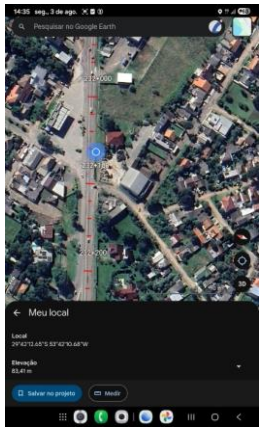
92.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	231+950 (Acostamento)	Crescente	24 horas

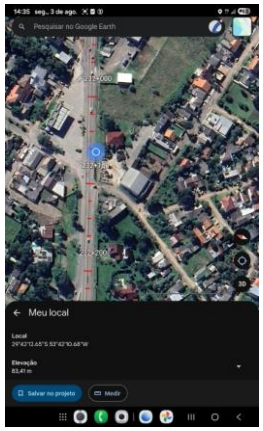
93.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	231+970 (Acostamento)	Crescente	24 horas

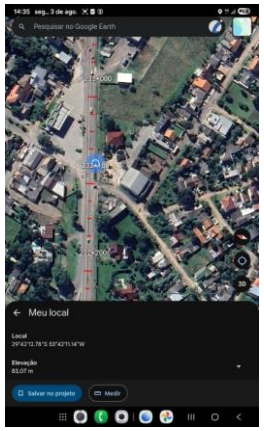
94.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	231+980 (Acostamento)	Crescente	24 horas

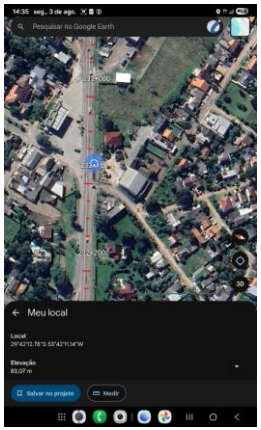
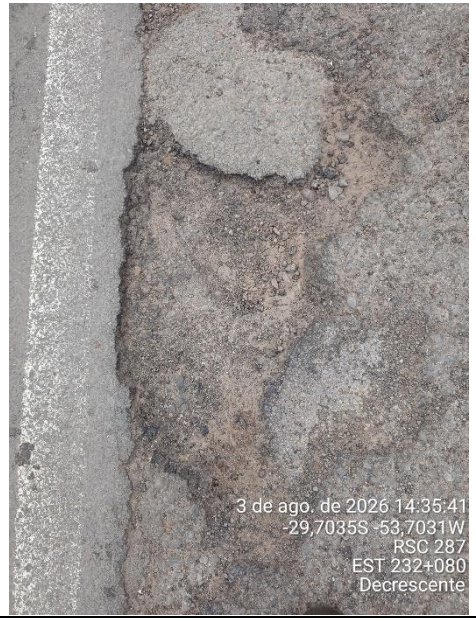
95.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	231+990 (Acostamento)	Crescente	24 horas

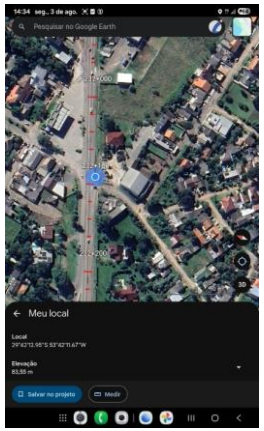
96.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+050 (defeito em local já reparado)	Decrescente	24 horas

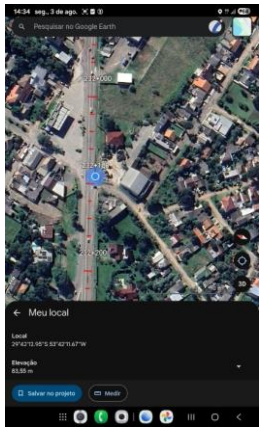
97.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+060 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

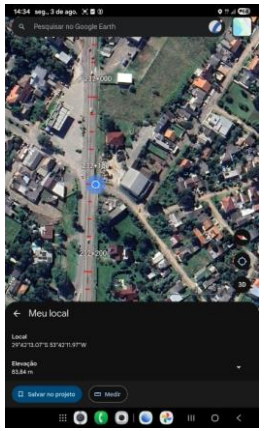
98.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+065 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

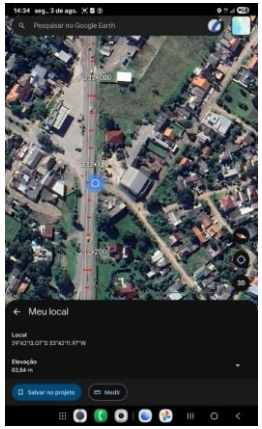
99.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+075 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

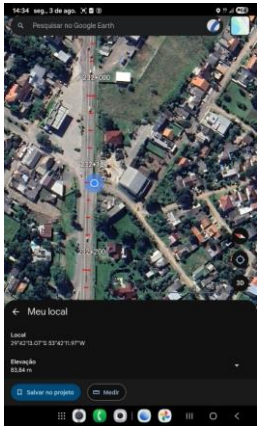
100.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+080 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

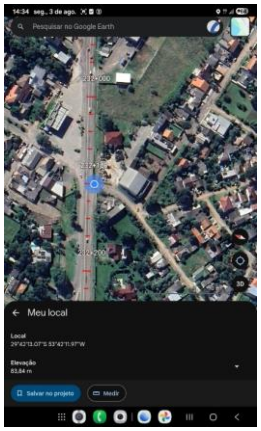
101.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+090 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

102.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+095 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

103.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+100 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

104.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+110 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

105.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+115 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

106.		 	Panela Item 3.1.1 do PER	232+120 (Acostamento)	Decrescente	24 horas

ANEXO II – REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

ART Numero
13954959

Tipo: OBRA OU SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART
ART Vínculo: 13946652

Contratado

Carteira: RN16220173
Profissional: FLÁVIO ANDRÉ RIDE BARREIRO
E-mail: capacitacao@afaplan.com.br
RNP: 2116220173
Título: Engenheiro Civil
Empresa: NENHUMA EMPRESA
Nr.Reg.:

Contratante

Nome: SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
E-mail:
Endereço: Avenida BORGES DE MEDEIROS 1501 ANDAR 10
Telefone:
CPF/CNPJ: 49367500000155
Cidade: Porto Alegre
Bairro: PRAIA DE BELAS
CEP: 90110150
UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
Endereço da Obra/Serviço: Avenida BORGES DE MEDEIROS 1501 ANDAR 10
CPF/CNPJ: 49367500000155
Cidade: PORTO ALEGRE
Bairro: PRAIA DE BELAS
CEP: 90110150
UF: RS
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES
Vlr Contrato(R$): 2.658.720,00
Honorários(R$): 0,00
Data Início: 19/06/2025
Prev.Fim: 30/06/2027
Ent.Classe:

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Parecer Técnico	Meio Ambiente	1,00	UN
Parecer Técnico	Impacto Ambiental	1,00	UN
Parecer Técnico	Pontes, Viadutos e Elevados	1,00	UN
Parecer Técnico	Estradas - Pavimentação	476,05	KM
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Pavimentação	476,05	KM
Parecer Técnico	Pista de Rolamentos - Meio-Fios	476,05	KM
Parecer Técnico	Pista de Rolamentos - Sarjetas	476,05	KM
Parecer Técnico	Pista de Rolamentos - Valetas	476,05	KM
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Bueiros	1,00	UN
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Sinalização	476,05	KM
Parecer Técnico	Pistas de Rolamento - Infra Estrutura	476,05	KM
Parecer Técnico	Estabilidade e Contenção de Taludes e Encostas	1,00	UN
Parecer Técnico	Estruturas - Muros de Contenção	1,00	UN
Parecer Técnico	Obras em Terra e Terraplenagem - Obras de Terra e Contenções	1,00	UN
Parecer Técnico	Obras em Terra e Terraplenagem - Terraplenagem	476,05	KM
Parecer Técnico	Acessibilidade	1,00	UN

ART registrada (paga) no CREA-RS em 19/08/2025

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
	)/$9,2 $1'5(5,'(%$55(,52	
	FLÁVIO ANDRÉ RIDE BARREIRO	SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODE SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK SOCIEDADE - ART CONSULTA.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Numero
13953844

Tipo: CARGO OU FUNÇÃO **Participação Técnica:** INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO **Motivo:** SUBSTITUIÇÃO DE ART **ART Vínculo:** 13946544

Contratado

Carteira: RS112378 **Profissional:** HELIO RICARDO REMIÃO GONÇALVES **E-mail:** hrrgrica@gmail.com
RNP: 2201186022 **Título:** Engenheiro Civil
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: AFAPLAN - PLANEJAMENTO E GESTAO DE PROJETOS LTDA **E-mail:** RICARDO.COELHO@AFAPLAN.COM.B
Endereço: Avenida DAS NAÇÕES UNIDAS, 10989 7107 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 13533601000101
Cidade: São Paulo **Bairro:** BROOKLIN PAULISTA **CEP:** 4578900 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: SECRETARIA DA RECONSTRUCAO GAUCHA
Endereço da Obra/Serviço: Avenida Borges de Medeiros 1501 andar 10 **CPF/CNPJ:** 49367500000155
Cidade: PORTO ALEGRE **Bairro:** Praia de Belas **CEP:** 90110150 **UF:** RS
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES **Vlr Contrato(R$):** 0,00 **Honorários(R$):** 12.537,55
Data Início: 23/06/2025 **Prev.Fim:** / / **Ent.Classe:**

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Cargo ou Função	Responsável Técnico da PJ dentro das atribuições	44,00	H/SEM.

ART registrada (paga) no CREA-RS em 19/08/2025

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Subsecretaria de Projetos para Reconstrução
Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

NOTA TÉCNICA

I. DADOS DO CONTRATO E IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Identificação: DFCR-RSM-NT-145-2026;

Data de Recebimento: 01/09/2026;

Data da Nota Técnica: 09/09/2026;

Identificação do Contrato: CONTRATO SELT Nº 20/2021 – EDITAL CRI nº 0001/2020;

Objeto do Contrato: concessão da infraestrutura de transporte do trecho da RSC-287, trecho Tabaí – Santa Maria (km 28,03 ao km 232,54);

Concessionária: Rota de Santa Maria (RSM);

Assunto: Ofício RSM nº 309/2026-PC (3321958) - Termo de Notificação TN 083/2026;

Referência: SEI nº 26/0400-9000286-6.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Na data de 1 de setembro de 2026, o Departamento de Gestão de Contratos, Fiscalização e Medições (DEGCON) da Secretaria de Logística e Transportes (SELT) encaminhou à SERG/SPR/DFCR o SEI nº 26/0400-9000286-6, o qual versa sobre o Ofício RSM nº 309/2026-PC (3321958), oriundo da Concessionária Rota de Santa Maria (RSM).

2. O referido ofício apresenta ao Poder Concedente a manifestação acerca do Termo de Notificação instruído no SEI supracitado, no que tange ao Relatório de Vistoria DFCR-RSM-RV-083-2026 (2944108), emitido em 7 de agosto de 2026 pela SERG/SPR/DFCR.

3. A concessionária recebeu o Termo de Notificação na data de 10 de agosto de 2026 e apresentou manifestação, bem como evidências dos serviços de correção que foram executados, via e-mail, em 25 de agosto de 2026.

4. No presente documento, a análise técnica da SERG/SPR/DFCR se baseia apenas na documentação abrangida pelo prazo determinado pelo Poder Concedente no Termo de Notificação.

III. DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE PELA CONCESSIONÁRIA

5. A Concessionária Rota de Santa Maria, na data de 25 de agosto de 2026, procedeu à entrega de 1 (um) ofício e de seu anexo, conforme abaixo:

- Ofício RSM nº 309/2026-PC: Manifestação referente ao Termo de Notificação – TN 083/2026 (3321958);
- RSM-309-2026-PC - Anexos.zip (3321962, 3321964, 3321967, 3321969, 3321972).

IV. ANÁLISE PRELIMINAR

a) Não Incumbência da SERG para os Atos Fiscalizatórios Praticados

6. Esclarecemos que o contrato define como Poder Concedente “o Estado do Rio Grande do Sul, cujas competências nessa condição serão exercidas pela Secretaria de Logística e Transportes (SELT), ou por outros órgãos da Administração, conforme a distribuição legal de competências”. Ainda, a Lei Estadual nº 15.934/2023, alterada pela Lei nº 16.136/2024, atribui à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) a competência de exercer o acompanhamento dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas, a fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias, bem como promover a regulação dos serviços públicos delegados prestados ao cidadão.

7. Especificamente em relação à fiscalização dos contratos, a Lei nº 16.136/2024 é clara e nítida em seu art. 1º, inciso III, item i, manifestando que compete à SERG "exercer a fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias e aprovar os respectivos projetos de engenharia".

8. Portanto, a alegação de "não incumbência da SERG para os atos fiscalizatórios praticados" não encontra respaldo na legislação de regência.

b) Da Ausência de Notificação Prévia da Fiscalização

9. No que se refere à Resolução Normativa nº 32/2016 da AGERGS, conforme pontuam Egon Bockmann Moreira e Heloísa Conrado Caggiano (2013), "os regulamentos da agência reguladora são norma, e por isso vinculam os agentes regulados", e não o Poder Concedente. Dessa forma, a atuação do Poder Concedente na fiscalização do contrato não está vinculada à referida resolução.

10. Ademais, o Decreto Estadual nº 53.490/2017, que trata da exploração das rodovias e estabelece o Marco Regulatório das Concessões Rodoviárias no Estado do Rio Grande do Sul, ao dispor acerca dos direitos e deveres do Poder Concedente, determina como uma de suas incumbências "regulamentar o serviço concedido e fiscalizar a sua prestação, de forma presencial e virtual, nos limites do art. 5º da Lei Estadual 14.875/16" (art. 66, inciso I).

c) Das Alegações da Concessionária no Item 4.1 do Ofício RSM nº 309/2026-PC (3321958)

11. Não há amparo na legislação de regência e no Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 para as alegações apresentadas pela concessionária no Item 4.1 (Da Atuação Geral e Diligência da Concessionária) do ofício supracitado.

12. Diante do teor extraído do Ofício RSM nº 309/2026-PC, é preciso esclarecer que a realização de vistoria em campo e a emissão de termo de notificação, caso necessário, são legítimos e aplicáveis, tendo por objetivo o acompanhamento ao atendimento contratual pleno, incluindo seus anexos. Conforme destacado pela concessionária, a etapa de Trabalhos Iniciais foi encerrada e atestada pelo Poder Concedente e AGERGS, após a emissão do Termo de Vistoria pelo Poder Concedente, o que permitiu o início da cobrança de tarifas em 3 (três) novas praças de pedágio.

13. Entretanto, é preciso relembrar à concessionária que os indicadores e parâmetros de desempenho precisam ser mantidos de forma concomitante, inclusive durante a fase de recuperação. Assim, o término da etapa dos Trabalhos Iniciais não exime a responsabilidade da concessionária em manter esses indicadores durante o desenvolvimento da fase de recuperação, conforme previsão contratual.

14. Todos os parâmetros de desempenho para cada etapa e os prazos de atendimento estão previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), sendo obrigação da concessionária o atendimento nos prazos definidos, inclusive em relação aos defeitos que necessitem de intervenção em 24 horas. Ademais, a concessionária tinha pleno conhecimento dos termos e prazos contratuais quando da assinatura do contrato de concessão.

15. Por outro lado, a logística, no que tange à dificuldade de dimensionamento de estoques de componentes para a substituição, de fornecedores, de máquinas e/ou de equipes técnicas, é de responsabilidade da própria concessionária, a fim de evitar intercorrências no atendimento dentro dos prazos contratuais.

16. Diante do exposto, é de suma importância reforçar à concessionária que as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos diferentes atores (SELT, SERG e AGERGS) não são punitivas ou arbitrárias, visto que são realizadas em sintonia, objetivando o acompanhamento do atendimento aos dispositivos contratuais.

d) Das Alegações da Concessionária no Item 4.3 do Ofício RSM nº 309/2026-PC (3321958)

17. No Item 4.3 (Do impacto das Chuvas Extraordinárias no Pavimento) do Ofício RSM nº 309/2026-PC, a Concessionária Rota de Santa Maria discorre sobre a tragédia ocorrida no final de abril e início de maio de 2024. Também, alega que, de modo geral, toda a RSC-287 foi severamente impactada, em especial, o pavimento, tendo em vista que as inundações atingiram as camadas de base e demais componentes estruturais, ocasionando danos à estrutura.

18. Ainda, a concessionária alega que o número de apontamentos correlacionados ao pavimento no Termo de Notificação evidencia que as patologias têm se tornado mais frequentes por consequência do acúmulo de água nas camadas mais profundas do asfalto, destacando que são consequências da catástrofe climática de 2024.

19. Nesse sentido, a SERG, SELT e AGERGS têm pleno conhecimento do ocorrido durante o período de enchente, mas é preciso ter cautela por parte dessa narrativa, pois a RSC-287 não foi atingida de forma homogênea em toda sua extensão durante o evento climático e já apresentava problemas relacionados ao pavimento, em especial.

20. Para isso, a SERG/SPR/DFCR apresenta uma síntese das constatações/defeitos registrados nos relatórios de vistoria, com base nos levantamentos em campo, sendo todos indexados conforme a respectiva disciplina prevista no item 3.1 do PER, bem como agrupados em períodos, antes e após o evento climático.

21. Os dados catalogados e apresentados se referem às vistorias realizadas durante o 2º ano de concessão, período de 1º setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023; e do 3º ano de concessão, entre 1º de setembro de 2023 e 22 de abril de 2024. É necessário ressaltar que, no 3º ano de concessão, foram realizadas vistorias até abril, visto a suspensão contratual temporária.

22. Outro ponto importante é que a síntese abaixo apresenta somente os dados do Poder Concedente, excluindo-se os da AGERGS.

Tabela 1 – Síntese dos defeitos/constatações notificados pelo Poder Concedente

Concessão	Número de meses em que houve vistorias:	Número de Constatações/Defeitos por Disciplina - Item 3.1 do PER								
		Pavimento	Sinalização e Elementos de Proteção	Sistemas de Drenagem	OAE	Terraplenos e Estruturas de Contenção	Faixa de Domínio	Edificações	Sistemas Elétricos e de Iluminação	Total
2º Ano (set2022-ago2023)	*12*	*958 (79,63%)*	*160 (13,30%)*	*19 (1,58%)*	*6 (0,50%)*	*4 (0,33%)*	*56 (4,66%)*	*0 (0%)*	*0 (0%)*	***1203***
3º Ano (set2023-abr2024)	*6*	*817 (80,10%)*	*125 (12,25%)*	*6 (0,59%)*	*19 (1,86%)*	*3 (0,29%)*	*50 (4,90%)*	*0 (0%)*	*0 (0%)*	***1020***
Total	***18***	***1775 (79,85%)***	***285 (12,82%)***	***25 (1,12%)***	***25 (1,12%)***	***7 (0,31%)***	***106 (4,77%)***	***0 (0%)***	***0 (0%)***	***2223***

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

23. Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que a maior parte dos defeitos/constatações notificadas pelo Poder Concedente está relacionada à disciplina de Pavimento (item 3.1.1 do PER), acompanhada da Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança (item 3.1.2 do PER) e da Faixa de Domínio (item 3.1.6 do PER), independentemente do ano de concessão.

24. Ademais, os dados catalogados mostram que houve um aumento significativo dos apontamentos no 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24), em relação ao 2º ano, haja vista que se referem à metade do período anual.

25. É nítido que a síntese dos dados mostra a disciplina de pavimento como responsável por aproximadamente 80% dos defeitos notificados pelo Poder Concedente, antes do evento climático.

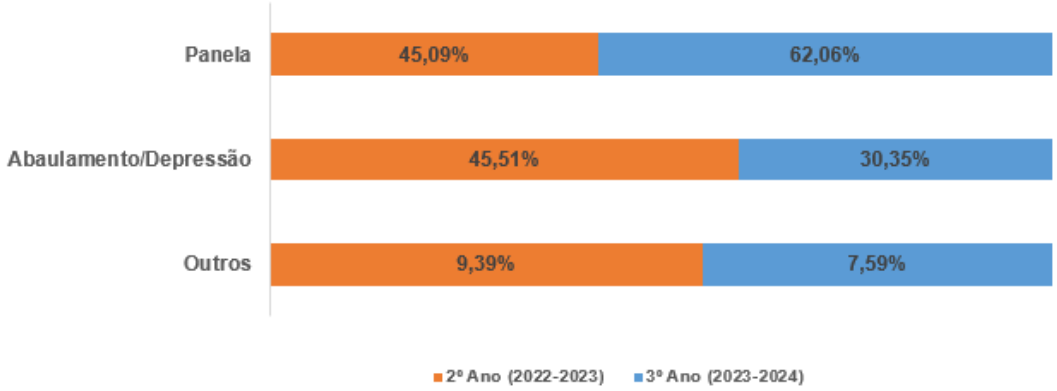
26. Ao detalhar a tipificação dos defeitos/constatações do pavimento, os que apresentam maior recorrência são: panela e abaulamento/depressão. Corrobora que outros defeitos também foram identificados: exsudação com área superior a 1 m², afundamento em trilha de rodas, trincas interligadas de classe 3 e desnível entre faixa de rodagem/acostamento, sendo esses classificados na categoria outros. A Tabela 2 e o Gráfico 1, colacionados abaixo, ilustram a síntese dos dados para o 2º e 3º ano de concessão.

Tabela 2 – Síntese das constatações/defeitos relacionadas ao pavimento

Concessão	Pavimento *(Total)*	Tipificação das Constatações do Pavimento		
		Panela	Abaulamento/Depressão	Outros
2º Ano (set2022-ago2023)	*958*	*432 (45,09%)*	*436 (45,51%)*	*90 (9,39%)*
3º Ano (set2023-abr2024)	*817*	*507 (62,06%)*	*248 (30,35%)*	*62 (7,59%)*
Total	***1775***	***939 (52,90%)***	***684 (38,54%)***	***152 (8,56%)***

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Gráfico 1 – Síntese das constatações/defeitos relacionadas ao pavimento



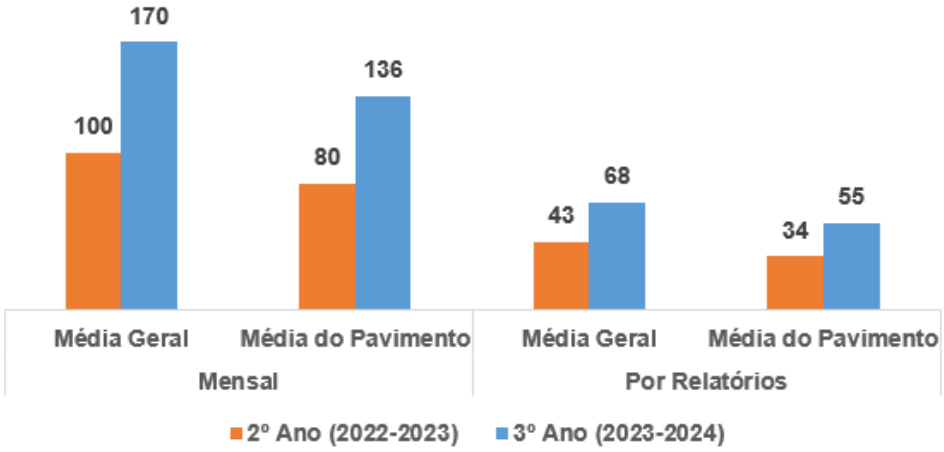
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

27. No Gráfico 1, é nítido que a maior proporção dos defeitos/constatações identificadas no pavimento são panelas, independentemente do ano de concessão. Ademais, é possível verificar que houve um acréscimo de aproximadamente 17% neste tipo de defeito no 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24), em relação ao período anterior.

28. No que diz respeito à manutenção dos defeitos do tipo panela, a medida corriqueira a ser adotada é o fechamento com mistura asfáltica. E, por óbvio, qualquer reparo no pavimento deverá respeitar o critério previsto no item 3.1.1 do PER, visando não apresentar exsudações e/ou deformações superiores a 5 mm, em relação ao pavimento original.

29. De modo geral, considerando o número de relatórios e meses em que ocorreram vistorias, é possível visualizar que, proporcionalmente, houve incremento no número de defeitos/constatações do 2º ano de concessão para o período subsequente. O Gráfico 2, abaixo, mostra a relação de defeitos/constatações gerais e do pavimento *versus* o número de relatório e de meses.

Gráfico 2 – Proporção de Defeitos/Constatações por relatório e mês



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

30. Diante dos dados apresentados no Gráfico 2, é possível afirmar que houve elevação de 70% entre o 2º e 3º ano de concessão, no número total de defeitos/constatações observadas a cada mês. Já o incremento identificado, de forma geral, por relatório, em média, foi de 58%.

31. Entretanto, ao observar o comportamento para a disciplina de pavimento, é nítido que houve a elevação significativa de defeitos, entre o 2º e 3º ano de concessão, contabilizado até 22 de abril de 2024.

32. A média mensal no 2º ano de concessão era de oitenta (80) defeitos notificados relacionados ao pavimento. Já no 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24), a média passou para cento e trinta e seis (136) defeitos. Isso representa um acréscimo de 70%, no período.

33. Por óbvio, ocorreu a elevação do número médio de defeitos relacionados ao pavimento nos relatórios emitidos. Em média, cada relatório de vistoria no 2º ano de concessão detinha trinta e quatro (34) registros, e, no 3º ano, ocorreu a elevação para cinquenta e cinco (55) apontamentos referentes a essa disciplina. Essa evolução representa um acréscimo de aproximadamente 62%.

34. No que tange às correções dos defeitos/constatações da área funcional de pavimento, a SERG/SPR/DFCR apresenta a síntese dos dados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Atendimento no Prazo Contratual

Concessão	Pavimento *(Total)*	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	Não Atendido
2º Ano (set2022-ago2023)	958	503 *(52,51%)*	430 *(44,89%)*	25 *(2,61%)*
3º Ano (set2023-abr2024)	817	643 *(78,70%)*	83 *(10,16%)*	91 *(11,14%)*
Total	***1775***	***1146 (64,56%)***	***513 (28,90%)***	***116 (6,54%)***

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

35. Vale destacar que a avaliação do atendimento considera a data de notificação do Poder Concedente e o registro fotográfico georreferenciado encaminhado pela concessionária, dentro do prazo de resposta determinado pelo Poder

Concedente.

36. A Tabela 3 mostra, para o pavimento, que a concessionária possui um índice médio de correção dos defeitos de 64,56% dentro dos prazos definidos no PER e eventuais dilações justificadas concedidas.

37. Nota-se que ocorreu melhora na taxa de atendimento respeitando o prazo determinado, durante o 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24). Também, no mesmo período, houve redução nas correções realizadas fora do prazo previsto no PER.

38. É possível afirmar que a melhora desses índices está atrelada ao tipo de correção do defeito de maior incidência no período – panelas. Afinal, a medida corretiva consiste no ato simples de fechamento, com o nivelamento da superfície.

39. Porém, houve aumento significativo de não correções de defeitos notificados pelo Poder Concedente, o que representou o total aproximado de 11% durante o 3º ano de concessão (setembro/23 a abril/24). Isso significa que a concessionária não encaminhou evidência do tratamento do defeito, dentro do prazo contratual determinado na notificação.

40. Assim, é evidente a estratégia responsiva adotada pela concessionária de atender às correções dos defeitos que preveem multa contratual automática, sendo os demais realizados em segundo momento.

41. Por outro lado, a SERG/SPR/DFCR observa a ocorrência de recidiva de defeitos em diferentes vistorias realizadas em locais/trechos que passaram por ação de manutenção, após notificação previamente emitida.

42. A responsabilidade pela manutenção e conservação dos elementos que constituem o sistema rodoviário, incluindo o pavimento, é exclusivamente da Rota de Santa Maria.

43. Retoricamente, a concessionária narra e alega, nas respostas aos Termos de Notificação emitidos pelo Poder Concedente, que dispõe de oito (8) equipes internas e três (3) equipes externas, o que totaliza onze (11) equipes com mais de cento (100) pessoas destinadas exclusivamente à conservação da RSC-287.

44. Já a SERG/SPR/DFCR rotineiramente registra, em seus relatórios de vistoria, o quantitativo de equipes de manutenção e conservação visualizadas em campo durante o ato fiscalizatório. Ademais, informa qual a atuação da referida equipe no momento – pavimento, sinalização, drenagem, roçada, OAE ou outra.

45. Clarificado isso, em nenhuma vistoria efetuada pela equipe da SERG/SPR/DFCR, até o momento, foi observado o número de equipes declarado pela concessionária de forma reiterada nas respostas aos Termos de Notificação encaminhadas ao Poder Concedente.

46. Em sentido contrário, o número de equipes observadas em campo destoa do informado, sendo a moda observada de quatro (4) equipes atuando ao longo dos 204,51 km de trecho, rotineiramente. Em complementação, o fato de haver equipe de conservação na rodovia não caracteriza a existência de dedicação ao pavimento, o que ocorre na maior parte dos registros.

47. A partir dos registros nos relatórios de vistoria da SERG/SPR/DFCR, é possível inferir que o número de frentes de conservação estão aquém do informado reiteradamente pela concessionária, e a presença de equipes de manutenção em campo não significa que estejam atuando no pavimento da RSC-287.

48. Com isso, o alto índice de defeitos registrados no pavimento pela SERG/SPR/DFCR pode estar relacionado à estratégia adotada pela concessionária quanto ao tipo de intervenção empregada, qualidade da mão de obra e dos insumos utilizados, insuficiência de equipes de conservação e manutenção, ausência de fiscalização sobre serviços executados por empresas terceirizadas/parceiras, deficiência na coleta de dados em campo pela equipe operacional, dentre outros. Ou seja, não se pode atribuir ao evento climático ocorrido as condições atuais do pavimento.

49. Outrossim, a SERG/SPR/DFCR manifesta preocupação com o surgimento de defeitos no pavimento em trecho recém-duplicado e que está em fase de recebimento provisório pelo Poder Concedente. A equipe de fiscalização em campo já detectou defeitos do tipo panela e abaulamento/depressão no trecho de Santa Cruz do Sul (ST5u). É preciso frisar que a referida obra se deu por concluída há aproximadamente três (3) meses.

50. Este fato corrobora os elementos citados anteriormente, os quais indicam a necessidade, em regime de urgência, de a concessionária revisitar as estratégias de qualidade adotadas até o momento.

51. Para efeito informativo, visando ao monitoramento e acompanhamento da atuação da concessionária na rodovia, a SERG/SPR/DFCR acessa rotineiramente as centenas de câmeras da RSC-287 disponibilizadas pelo Circuito Fechado de TV (CFTV), a fim de observar as atividades em andamento no trecho – importante frisar que não se trata de atividade fiscalizatória virtual. Contudo, é de praxe não visualizar equipes de manutenção e conservação atuando no pavimento do trecho concedido.

52. Assim sendo, é necessário registrar que a ausência de equipes em atividade laboral sobre o pavimento concorre para a piora das condições funcionais e estruturais do mesmo sob ação de tráfego constante.

53. O alto registro de defeitos/constatações no pavimento, já durante a fase de recuperação, não demonstra avanços nas condições e qualidade do pavimento da rodovia, fato constatado e consumado por meio das análises apresentadas acima, ou seja, trata-se de um ponto crítico de atuação da concessionária, antes mesmo do evento climático.

54. Por outro lado, é evidente que a inércia da concessionária na correção dos defeitos, tais como panelas, depressões, abaulamentos e outros, inclusive das trincas interligadas de classe 3, aliada à deficiência na qualidade dos reparos realizados, irá impactar diretamente as medidas de auscultação do pavimento utilizadas para monitoração, tais como:

levantamento visual do pavimento (LVC), IRI (irregularidade longitudinal) e afundamento de trilhas de roda (ATR), bem como a condição estrutural do pavimento, traduzida nas medidas de deflexão.

55. Corroboram os registros de manifestações dos usuários sobre o pavimento, uma amostra de matérias jornalísticas identificadas pela equipe da SERG/SPR/DFCR, veiculadas em diferentes meios de comunicação, além de registros relacionados no tradicional site ReclameAQUI e avaliações do Google.

56. Nesse sentido, a sequência de imagens apresentadas a seguir ilustra uma amostra de reportagens e reclamações identificadas em rápida pesquisa na internet realizada pela SERG/SPR/DFCR.

Figura 1 – Reportagem veiculada em 19 dezembro de 2022: “Problemas no asfalto geram riscos para motoristas da RSC-287”



Problemas no asfalto geram riscos para motoristas na RSC-287

Agregs já emitiu 11 notificações; Rota de Santa Maria promete reforço nas equipes para realizar reparos a partir de janeiro

19 de dezembro de 2022 07:11 | Atualizado em 19 de dezembro de 2022 10:58 Por **RONALDO FALKENBACK**

Foto: Ronaldo Falkenback

Fonte: www.gaz.com.br/problemas-no-asfalto-geram-riscos-para-motoristas-na-rsc-287/

Figura 2 – Reclamação Registrada no site ReclameAQUI em 24 de dezembro de 2022: “Concessionária não mantém as estradas utilizáveis”



Concessionária não mantém as estradas utilizáveis

resolvido

Rota De Santa Maria

Venâncio Aires - RS 24/12/2022 às 11:04 **ID:** 156152933

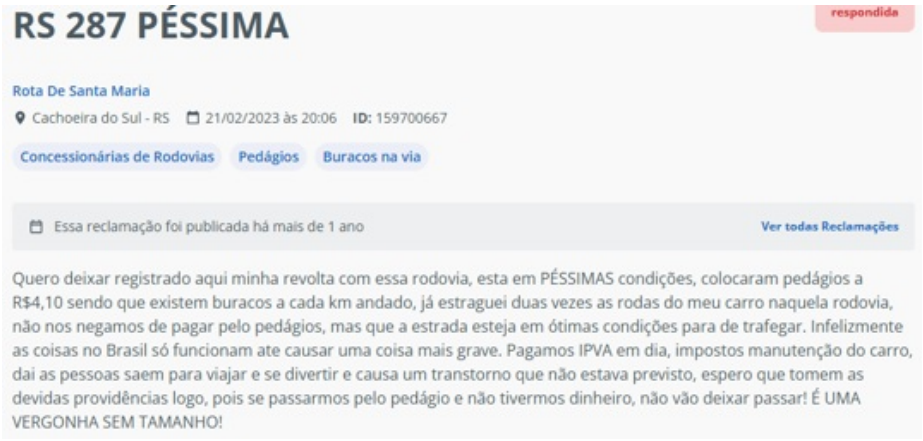
Concessionárias de Rodovias | Condições da Estrada | Acidente

Essa reclamação foi publicada há mais de 1 ano — Ver todas Reclamações

Dia 15/12 sofri um acidente com minha moto por culpa de buracos e elevações na RSC 287 que deveria ser bem concertada pela Rota de Santa Maria.
500 reais em despesas médicas, vários dias perdidos no trabalho, mais de 9 mil em concerto da minha moto, roupas, capacete, tudo pro lixo. Até hoje o buraco está lá, até hoje eu estou sem conseguir caminhar direito. Um descaso TOTAL com todos os usuários da via, que não têm nenhuma rota de desvio, sem condições de andar nessa 287

Fonte: www.reclameaqui.com.br/rota-de-santa-maria/concessionaria-nao-mantem-as-estradas-utilizaveis_JaRJVTWq8Eq6YwYf/

Figura 3 – Reclamação Registrada no site ReclameAQUI em 21 de fevereiro de 2023: “RSC 287 Péssima”



Fonte: www.reclameaqui.com.br/rota-de-santa-maria/rs-287-pessima_965C0Eph80GqCjaN/

Figura 4 – Reportagem veiculada em 9 março de 2023: “Concessionária Rota de Santa Maria é punida por más condições da 287”



Fonte: www.folhadecandelaria.com.br/ler-noticia/53m18z/concessionaria-rota-de-santa-maria-e-punida-por-mas-condicoes-da-287.html

Figura 5 – Reportagem veiculada em 9 maio de 2023: “Buracos e desníveis na RSC-287 exigem atenção redobrada”

Buracos e desníveis na RSC-287 exigem atenção redobrada

Situação se agravou nos últimos dias em decorrência da chuva; concessionária informou que está tomando providências

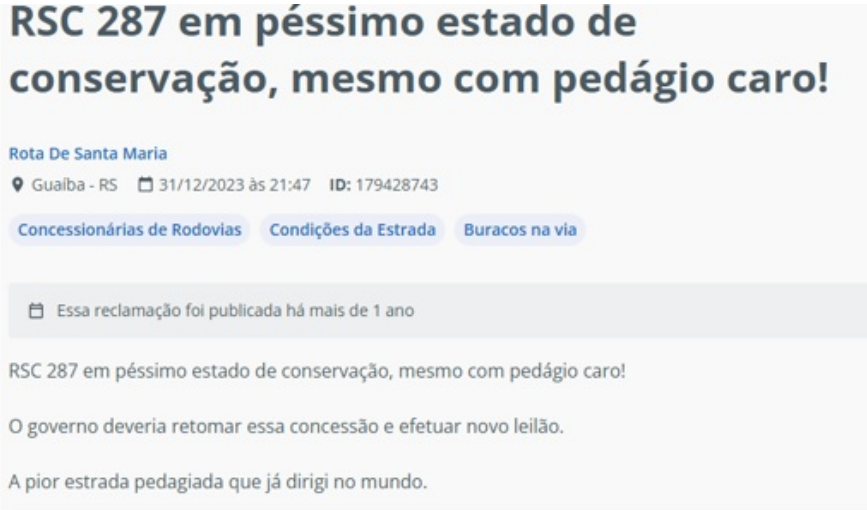
9 de maio de 2023 06:55 | Atualizado em 9 de maio de 2023 06:55 Por **LAVIGNEA WITT**

Foto: Alencar da Rosa/Banco de Imagens



Fonte: www.gaz.com.br/buracos-e-desniveis-na-rsc-287-exigem-atencao-redobrada/

Figura 6 – Reclamação Registrada no site ReclameAQUI em 31 de dezembro de 2023: “RSC 287 em péssimo estado de conservação, mesmo com pedágio caro!”



Fonte: www.reclameaqui.com.br/rota-de-santa-maria/rsc-287-em-pessimo-estado-de-conservacao-mesmo-com-pedagio-caro_OEYLt6js3H1AeTPS/

57. Em algumas imagens supracitadas estão ilustradas situações que promovem relatos acerca da condição do pavimento, ainda em dezembro de 2022. Isso representa também que, logo após findar a Etapa dos Trabalhos Iniciais, a concessionária já apresentava problemas relacionados ao pavimento rodoviário da RSC-287, muito antes do evento climático.

58. Não restrito a 2022, fica constatado que é possível encontrar facilmente matérias jornalísticas e manifestações de insatisfação dos usuários com a rodovia nos anos subsequentes, ou seja, muito antes do evento climático.

59. As diferentes matérias e reclamações que tratam da rodovia RSC-287, no trecho sob responsabilidade da Rota de Santa Maria, registram a situação problemática do pavimento, evidenciando o problema mesmo antes do evento climático.

60. Considerando a conduta e a estratégia de manutenção, conservação e recuperação da Rota de Santa Maria, bem como as reclamações e reportagens em geral, não se pode atribuir única e exclusivamente ao evento climático de 2024 a condição do pavimento, já que resta clara a situação crítica no período anterior.

V. ANÁLISE PRELIMINAR

61. Para o cômputo do prazo de atendimento foi considerada a data e o horário de recebimento, pela concessionária, da notificação enviada, via e-mail, pelo Poder Concedente (3311988). Entretanto, a concessionária apresentou pleito para extensão do prazo.

62. A SERG/SPR/DFCR se manifesta pelo não acolhimento da justificativa apresentada para concessão do prazo adicional total solicitado (74 dias), tendo em vista que as atividades de conservação e operação devem ser objetos de rotina da concessionária.

63. Entretanto, os registros apresentados no Ofício RSM nº 309/2026-PC evidenciam a ocorrência de precipitação pluviométrica nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2026, ou seja, dentro dos prazos previstos para atuação da concessionária, conforme o PER.

64. Dessa forma, a SERG/SPR/DFCR é favorável à extensão do prazo em 3 (três) dias. Sendo assim, o prazo limite considerado para correção das constatações que necessitam de 72h para atuação foi 16 de agosto de 2026.

65. A simples existência de elevado número de apontamentos não caracteriza fato extraordinário apto a justificar dilação excepcional de prazo. Ao contrário, revela deficiência na atividade de conservação e manutenção rotineira, cuja execução constitui obrigação permanente da concessionária.

66. As limitações operacionais alegadas decorrem exclusivamente da estratégia de alocação de recursos adotada pela concessionária, não configurando fato imprevisível ou extraordinário capaz de justificar a ampliação do prazo de correção. A gestão dos recursos humanos, equipamentos, materiais e fornecedores integra o risco ordinário do negócio assumido pela concessionária no momento da celebração do Contrato.

67. Com base no Ofício RSM n° 309/2026-PC e anexo, a concessionária promoveu a correção parcial das constatações. No quadro abaixo está apresentada a síntese da análise das evidências encaminhadas junto ao ofício:

IDs	Situação

03 / 13 / 16 / 21 / 25 / 26 / 31 / 48 / 51 ao 55 / 59 ao 61 / 63 / 68 / 70 ao 75 / 90 / 92 / 93 / 95 / 97 ao 102 / 104 ao 106	Atendido (*)
69	Fora do Prazo (**)
01 / 02 / 04 ao 12 / 14 / 15 / 17 ao 20 / 22 ao 24 / 27 ao 30 / 32 ao 47 / 49 / 50 / 56 ao 58 / 62 / 64 ao 67 / 76 ao 89 / 91 / 94 / 96 / 103	Não Atendido (***)

Observações:

(*) A concessionária efetuou a correção dos defeitos dentro do prazo definido.
(**) A concessionária efetuou a correção dos defeitos fora do prazo definido.
(***) A concessionária não encaminhou evidência ou enviou evidências insuficientes para caracterizar a adequada correção das constatações apontadas, por meio de registro fotográfico, constando a data, hora e localização georreferenciada.

68. Em relação ao ID 03, classificado como "Sinalização Vertical Danificada", a Concessionária informa no Ofício RSM nº 309/2026-PCque, após a identificação de dispositivos danificados, seu procedimento operacional consiste na abertura de incidência para posterior manutenção ou substituição dos elementos afetados, conforme documentação apresentada. Informa, ainda, que os danos decorreram de atos de terceiros e que as ocorrências foram regularizadas antes da emissão da presente Nota Técnica.

69. Quanto aos argumentos apresentados, observa-se que o PER estabelece a realização de inspeções periódicas e a execução das atividades de conservação, manutenção e recomposição dos dispositivos sempre que identificadas anomalias, independentemente da causa que lhes tenha dado origem. Assim, a existência de procedimentos internos para abertura de incidências e a posterior execução dos serviços constitui obrigação inerente à operação e à conservação da rodovia concedida.

70. No que se refere à alegação de que os danos decorreram de fatos de terceiros, tal circunstância não altera a constatação técnica realizada durante a vistoria, que registrou dispositivos em desconformidade com os padrões de conservação e funcionalidade estabelecidos pelo PER. Da mesma forma, a regularização das ocorrências após a vistoria demonstra a adoção de medidas corretivas pela Concessionária, porém não descaracteriza a condição verificada pela fiscalização na data da inspeção.

71. Por fim, os argumentos relativos à aplicação de penalidades, descontos de desempenho ou outras consequências contratuais extrapolam o escopo da presente análise técnica, que se restringe à verificação das condições observadas em campo e de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Programa de Exploração da Rodovia.

72. No Ofício RSM nº 309/2026-PC, a concessionária cita que os IDs 73, 74 e 75 (Dispositivo de Drenagem Obstruído), em razão das condições verificadas durante a vistoria, entende-se que a justificativa apresentada pela Concessionária não afasta a ocorrência apontada. As imagens evidenciam a presença de material rochoso acumulado nos dispositivos de drenagem, comprometendo suas condições adequadas de conservação, conforme os registros apresentados.

73. O item 3.1.4 – Sistema de Drenagem e Obras-de-Arte Correntes (OACs) prevê expressamente, dentre as atividades aplicáveis ao sistema de drenagem, a execução de serviços de limpeza, desassoreamento e desobstrução dos dispositivos.

74. Além disso, o PER estabelece como parâmetro de desempenho a “Ausência total de elemento de drenagem ou OAC sujo ou obstruído”, não restringindo a caracterização da inconformidade às situações de obstrução completa.

75. O próprio documento estabelece critério objetivo para a condição de desobstrução, dispondo que o dispositivo será considerado desobstruído quando toda a sua extensão apresentar 90% da altura da seção molhada desobstruída.

76. A presença de vegetação, terra, material pétreo ou quaisquer outros materiais acumulados nos dispositivos de drenagem compromete as condições adequadas de conservação previstas no PER. Os registros da fiscalização refletem a situação efetivamente constatada em campo no momento da vistoria, permanecendo mantidas as não conformidades apontadas.

77. Dessa forma, não procede o entendimento apresentado pela Concessionária de que somente a obstrução total do dispositivo seria capaz de caracterizar descumprimento contratual. O PER estabelece parâmetros próprios para avaliação das condições dos elementos de drenagem, incluindo expressamente a condição de elemento sujo ou obstruído.

78. Nas imagens que fundamentaram os IDs 73, 74 e 75, verifica-se a presença de material acumulado nos dispositivos de drenagem, condição que motivou o registro realizado durante a vistoria técnica.

79. Assim, considerando os parâmetros expressamente estabelecidos no item 3.1.4 do PER, não se acolhe o pedido de desconsideração dos IDs 73, 74 e 75, mantendo-se os apontamentos do Termo de Notificação.

80. No Ofício RSM nº 309/2026-PC, a concessionária cita que o ID 69 (Terrapleno Instável), após análise técnica e vistoria realizada no local, verificou-se que a situação observada não correspondia a condição de instabilidade do

terrapleno.

81. Em complemento, a própria concessionária cita que apontamento decorreu de condição temporária existente em área adjacente à cabeceira da ponte, onde haviam sido executados serviços de manutenção e conservação, os quais demandaram intervenções localizadas para viabilização das atividade e que promoveu ações de conservação e recomposição da área no curso de suas atividades rotineiras de manutenção, assegurando sua plena regularização e conservação.

82. A concessionária registra ainda que não foi constatado qualquer comprometimento da estabilidade estrutural do trecho, tampouco risco de rompimento, erosão ou situação que pudesse representar ameaça à segurança viária ou aos usuários da rodovia.

83. Ainda que a condição observada tenha decorrido de intervenção temporária relacionada a serviços de manutenção, o registro fiscalizatório retrata a condição efetivamente encontrada no momento da vistoria. A posterior recomposição da área não descaracteriza a ocorrência constatada em campo nem afasta a necessidade de manutenção das condições previstas contratualmente durante toda a vigência da concessão.

84. Para os IDs 20 e 23 (Tricas interligadas Classe 3), a Concessionária informa que as intervenções ainda estão sendo realizadas, conforme Cronograma de Atividades apresentado no Anexo 3, justificando que o planejamento das equipes considera o grau de criticidade dos pontos e a necessidade de minimizar impactos aos usuários da rodovia.

85. Entretanto, o item 3.1.1 – Pavimento do PER estabelece expressamente, dentre os parâmetros de desempenho, a "Ausência de área afetada por trincas interligadas de Classe 3".

86. O mesmo item determina que, após o prazo máximo de atendimento, a Concessionária deverá manter o respectivo parâmetro de desempenho até o final da Concessão. Ainda, em caso de verificação de inconformidade, o PER estabelece prazo de 72 horas após a notificação da Concessionária para seu atendimento, sendo prevista exceção de 24 horas apenas para a correção de panelas.

87. Dessa forma, embora a inclusão do ponto no Cronograma de Atividades demonstre que a Concessionária programou sua correção, tal circunstância não altera o parâmetro de desempenho nem o prazo de atendimento estabelecido no PER.

88. A apresentação de cronograma futuro não substitui a obrigação de atendimento do parâmetro de desempenho já vencido. O critério contratual avalia a condição observada em campo dentro do prazo regulamentar estabelecido e não a mera programação de correção futura.

89. Considerando que a própria Concessionária informa que a intervenção referente aos IDs 20 e 23 permanecem em execução, não foi demonstrada a correção da condição registrada no Termo de Notificação.

90. Assim, mantém-se o apontamento referente aos IDs 20 e 23, devendo ser observado o parâmetro de desempenho e o prazo de atendimento previstos no item 3.1.1 do PER.

91. Para os IDs 01 / 02 / 04 ao 12 / 14 / 15 / 17 ao 20 / 22 ao 24 / 27 ao 30 / 32 ao 47 / 49 / 50 / 56 ao 58 / 62 / 64 ao 67 / 76 ao 89 / 91 / 94 / 96 e 103 as correções dos defeitos/constatações realizadas no pavimento da rodovia não atenderam às especificações do DAER/RS.

92. Conforme registro fotográfico abaixo, retirado da Ficha - Operações, apresentada no anexo (3321964), está demonstrado exemplo de reparo provisório e não definitivo, não atendendo às especificações do DAER/RS.

sacyr CONCESIONES

PARTE DA OPERAÇÃO

OPERAÇÃO	Reparos de Panelas	**RESPONSÁVEL**	
GRUPO	Auscultação - Pavimento	**CUSTO R$:**	0

RODOVÍA	KM INICIO	KM FINAL	SITUAÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DO PRAZO	DATA FIN	CANTIDAD	AREA
RSC-287 Plena via 'Trecho Final (Oeste)'	172+0370	172+0370	Total	10/08/2026 18:00	11/08/2026 18:00	11/08/2026 10:59	0	0,00

AFEC. INC. TRÁFEGO	AFEC. FIM TRÁFEGO	OBSERVAÇÕES
Tráfego normal. Estrada aberta.	Tráfego normal. Estrada aberta.	TRO 083 - ID 66

DOCUMENTOS ASSOCIADOS



93. A SERG/SPR/DFCR registra que, conforme descrito no item 3.3.1 do PER, **as correções dos defeitos/constatações realizadas no pavimento da rodovia deverão**, obrigatoriamente, atender às especificações do

DAER/RS (remendo superficial), inclusive para as panelas, devendo o local de correção ser cortado no esquadro, de maneira que a camada de recomposição apresente superfície nivelada, admitindo-se, **no entanto, remendos cujas deformações/desníveis sejam inferiores a 5 mm em relação ao pavimento original (medido com régua de 3,6 m), conforme previsto no item 3.1.1 do Programa de Exploração da Rodovia (PER)**;.

94. Embora a Concessionária tenha apresentado registros fotográficos indicando a execução de intervenções nos locais apontados, **a apresentação de registro fotográfico, por si só, não é suficiente para comprovar a conformidade do reparo executado**. As evidências deverão permitir a verificação objetiva do atendimento aos parâmetros técnicos aplicáveis, especialmente quanto ao nivelamento da recomposição, à qualidade do acabamento e à efetiva correção da não conformidade constatada. Assim, quando os registros apresentados não possibilitarem essa verificação, a ocorrência não poderá ser considerada regularizada até que sejam apresentadas evidências suficientes para sua adequada avaliação.

95. **Quanto ao prazo de atendimento**, esclarece-se que os **15 (quinze) dias** estabelecidos no Termo de Notificação referem-se exclusivamente ao prazo máximo para **encaminhamento das evidências comprobatórias das correções realizadas**, não constituindo prazo adicional, substitutivo ou prorrogativo para a execução dos serviços. As não conformidades deverão ser corrigidas nos prazos específicos estabelecidos no PER, conforme a natureza de cada apontamento, permanecendo, para as constatações classificadas como **panela, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, previsto no item 3.1.1 do PER.

96. Dessa forma, eventual correção executada após o prazo contratualmente estabelecido não será considerada tempestiva pelo fato de a respectiva comprovação ter sido apresentada dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Do mesmo modo, a execução da intervenção dentro do prazo aplicável não afasta a necessidade de comprovação de sua conformidade técnica.

97. Dessa forma, eventual correção executada após o prazo contratualmente estabelecido não será considerada tempestiva pelo fato de a respectiva comprovação ter sido apresentada dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Do mesmo modo, a execução da intervenção dentro do prazo aplicável não afasta a necessidade de comprovação de sua conformidade técnica.

98. Para evidenciar a correção, a concessionária deverá encaminhar o registro fotográfico constando a solução provisória/emergencial, se for o caso, e a definitiva.

99. Também é importante frisar que a concessionária menciona no Ofício RSM nº 309/2026-PC que conta com 11 (onze) equipes, totalizando mais de 100 (cem) pessoas destinadas exclusivamente à conservação da rodovia.

100. É preciso destacar que, nas datas da vistoria, nos dois (2) dias, a fiscalização visualizou o total de seis (6) equipes da concessionária realizando atividades de manutenção e conservação (3 equipes de poda/roçada, 1 equipe de pavimentação, 1 equipe de manutenção de drenagem e 1 equipe de manutenção de sinalização).

101. Diante de tudo isso, recomenda-se à concessionária que os veículos e equipes de inspeção procedam a uma avaliação com maior acuidade e criticidade de pontos passíveis de manutenção e conservação de rotina. Tendo em vista que as constatações registradas e argumentadas pela concessionária no Ofício RSM nº 309/2026-PC são passíveis de simples medidas preventivas e/ou corretivas, antes mesmo dos atos fiscalizatórios, o que evitaria tais apontamentos em relatórios de vistorias e atenderia plenamente aos dispositivos contratuais previstos.

102. Por fim, a SERG/SPR/DFCR destaca que, ao vislumbrar inconsistência, erros ou equívocos nos apontamentos realizados durante as vistorias, mediante argumentação correta e pertinente da concessionária, sempre irá reconhecer e proceder à supressão das constatações – assim como já o fez, visando manter e preservar a harmonia contratual, em especial, para não causar impactos e prejuízos à concessionária.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

103. A Concessionária encaminhou, dentro do prazo de **15 (quinze) dias** estabelecido no Termo de Notificação, documentação e evidências referentes às intervenções realizadas nos defeitos e constatações apontados pela fiscalização;

104. A SERG/SPR/DFCR registra que procedeu à análise da documentação abrangida pelo prazo determinado pelo Poder Concedente no Termo de Notificação. Ademais, quaisquer manifestações realizadas pela concessionária, fora deste prazo, deverão ser encaminhadas à AGERGS.

105. Quanto ao pleito de concessão de prazo adicional de 74 (setenta e quatro) dias, a (SERG/SPR/DFCR) manifesta-se pelo não acolhimento, considerando que os parâmetros de desempenho e os respectivos prazos de atendimento encontram-se estabelecidos no PER, cabendo à Concessionária organizar os recursos, equipes, materiais e demais meios necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

106. Ressalta-se que o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no Termo de Notificação refere-se ao encaminhamento das evidências comprobatórias, não constituindo prazo adicional, substitutivo ou prorrogativo para a execução das correções. Permanecem aplicáveis os prazos específicos estabelecidos no PER para cada tipo de ocorrência, inclusive o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as constatações classificadas como panela, conforme item 3.1.1 do PER.

107. Entretanto, a SERG/SPR/DFCR é favorável à extensão do prazo em 3 (três) dias, com base na evidência de ocorrência de precipitação pluviométrica nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2026.

108. A concessionária não procedeu à adequada correção dos defeitos/constatações registrados nos IDs 01 / 02 / 04 ao 12 / 14 / 15 / 17 ao 20 / 22 ao 24 / 27 ao 30 / 32 ao 47 / 49 / 50 / 56 ao 58 / 62 / 64 ao 67 / 76 ao 89 / 91 / 94 / 96 e 103 , uma vez que as intervenções executadas não foram suficientes para sanar as ocorrências apontadas.

109. A concessionária procedeu à correção dos defeitos/constatações registrados no ID 69, fora do prazo.

110. Com base no Ofício RSM nº 309/2026-PC e respectivo anexo, verifica-se que a concessionária apresentou evidências das intervenções realizadas. Contudo, a análise dos registros encaminhados demonstra que parte das intervenções não foi suficiente para caracterizar a adequada correção das constatações apontadas.

111. Contrato de Concessão SELT nº 20/2021 e o Programa de Exploração da Rodovia (PER) deixam claro à concessionária a obrigação contratual de substituição e/ou manutenção de todos os elementos que constituem o sistema rodoviário, bem como não define data e/ou dia em que as vistorias possam ser realizadas pela SELT, AGERGS e/ou SERG.

112. A logística, no que tange à dificuldade de dimensionamento de estoques de componentes para a substituição, de fornecedores e/ou de equipes técnicas, é de responsabilidade da própria concessionária, a fim de evitar intercorrências no atendimento dentro dos prazos contratuais.

113. Os parâmetros de desempenho para cada etapa e os prazos de atendimento estão previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), sendo obrigação da concessionária o atendimento nos prazos definidos, inclusive em relação aos defeitos que necessitem de intervenção em um período de 24 horas.

114. Cabe registrar à concessionária que as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos diferentes atores (SELT, AGERGS e SERG) não são punitivas ou arbitrárias, visto que realizadas em sintonia com os dispositivos contratuais.

115. Diante do exposto, a SERG/SPR/DFCR recomenda ao Poder Concedente o encaminhamento do presente expediente à AGERGS, para conhecimento e avaliação, no âmbito de suas competências, quanto às medidas eventualmente cabíveis em razão dos apontamentos não atendidos e/ou atendidos fora dos prazos estabelecidos, inclusive quanto às disposições do item 18.2 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021.

116. Por fim, recomenda-se, igualmente, a avaliação quanto à aplicabilidade das disposições constantes do Anexo 7 do Contrato de Concessão SELT nº 20/2021, no que se refere ao cálculo do Índice de Qualidade de Desempenho – IQD.

Esta é a nota técnica,

Porto Alegre, 9 de setembro de 2026.

GEÓLOGO MSc. ROBERTO NUNES VANACÔR
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.ª CIVIL MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PROENÇA
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.° CIVIL CARLOS WAGNER SAMPAIO
Divisão de Fiscalização de Operação e Manutenção

ENG.° CIVIL RICARDO VON MUHLEN
Diretor do Departamento de Fiscalização de Concessões Rodoviárias

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Nunes Vanacor**, em 09/09/2026, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Wagner Sampaio**, em 09/09/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina de Oliveira Proença**, em 09/09/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Von Muhlen**, em 24/09/2026, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de assinatura eletrônica simples, com fundamento no inciso I e § 3º do art. 4º do Decreto Estadual nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3486486** e o código CRC **AE1118FB**.

Referência: Processo nº 26/0400-9000286-6
Documento SEI nº 3486486